

AP-36



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
UNIDADE DE FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA GESTÃO
DOS RECURSOS PESQUEIROS:
O Caso da Pesca Artesanal na Baía de Morrumbene**

Dissertação apresentada em cumprimento dos requisitos necessários para a obtenção do grau de licenciado em Administração Pública.

Candidado: HÉLDER F. NTIMANE

Supervisor: SALIM C. VALÁ

U.E.M. - UFICS	
R. E.	4475
DATA	14 / 04 / 05
AQUISIÇÃO	gratuita
COTA	AP-36

Maputo, Maio de 2002

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro que este trabalho de fim de curso, nunca foi apresentado na sua essência, para a obtenção de qualquer grau e que ele constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

Hélder Fernando Ntimane

.....

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Rafael Mabuza e Ana M. Matsinhe
pela força que sempre me deram

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que directa ou indirectamente contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade vão os meus profundos agradecimentos, especialmente:

- à UFICS pelo engenho e perseverança nos seus esforços para engrandecer o processo de ensino-aprendizagem; ao IDPPE, pelo apoio moral e financeiro, sem o qual este produto não seria possível;
- ao Dr. Salim C. Valá (meu tutor), por ter aceiteado este desafio, pela dedicação, paciência e compreensão ao longo de todo o processo, e;
- à Dr^a Teresa Cruz e Silva, ao Dr. Horácio Gervásio, ao Dr. Matakala, ao Eng. Eduardo Mansur, à Dr^a Helena Motta, aos meus colegas de curso, pelo tempo dedicado a discussões e pela disponibilidade demonstrada no fornecimento de pistas de investigação relevantes.

SIGLAS E ABREVIATURAS

ADMAR	Administração Marítima
BPD	Banco Popular de Desenvolvimento
FFP	Fundo de Fomento Pesqueiro
GOM	Governo de Moçambique
IDPPE	Instituto para o Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala
IIP	Instituto de Investigação Pesqueira
DDADR	Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DPADR	Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural
MIP	Ministério das Pescas
SPAPI	Serviços Provinciais de Administração Pesqueira - Inhambane

RESUMO

O tratamento da temática sobre a gestão dos recursos pesqueiros apresentada nesta pesquisa foi conduzida com base nos pressupostos da abordagem participativa e teve como objectivo principal analisar as principais práticas e os mecanismos locais de participação comunitária na gestão desses recursos, fazendo um olhar crítico ao sistema de gestão actualmente prevalecente.

A processo de pesquisa foi repartido em dois momentos principais, a saber: i) a pesquisa bibliográfica, e; ii) a pesquisa de campo. Os principais instrumentos foram a entrevista semi-estruturada e a observação directa. Assumimos a hipótese de que há diversos actores envolvidos na gestão dos recursos pesqueiros (Estado, comunidade, privados), não havendo entre eles a devida articulação e que apesar de as comunidades terem um conhecimento dos mecanismos para a conservação dos recursos pesqueiros, elas muitas vezes adoptam práticas nefastas devido á precária situação sócio-económica em que vivem.

A confrontação dos resultados de campo, confirma a hipótese de trabalho. Uma vez que existe uma fraca interacção entre os actores formais e a comunidade pesqueira; e entre as próprias instituições e que apesar de as comunidades terem as suas formas de conhecimento o uso de práticas nefastas não está estritamente relacionada com a sua situação sócio-económica precária.

ÍNDICE	Pág.
Declaração de Honra.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Lista de siglas e abreviaturas.....	iv
Resumo.....	v
I. INTRODUÇÃO.....	6
1.1. Contexto do estudo	6
1.2. Objectivos e marco cronológico	7
1.3. Justificação e selecção da área de estudo.....	7
1.4. Estrutura do trabalho.....	8
II. METODOLOGIA.....	9
2.1. A problemática.....	9
2.2. Hipótese	11
2.3. Métodos e técnicas de pesquisa	11
2.4. Caracterização do local de estudo.....	13
2.4.1. <i>Estrutura Político-administrativa</i>	13
2.4.2. <i>Caracterização sócio-económica</i>	13
2.4.3. <i>A Baía de Morrumbene</i>	14
III. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	15
3.1. Moldura teórica.....	15
3.2. Conceitos.....	19
IV. PRINCIPAIS RECURSOS E ARTES ENVOLVIDAS.....	23
4.1. Recursos capturados.....	23
4.2. O sistema de pesca.....	23
4.3. O sistema de pesca tradicional.....	24
4.4. O sistema predominante na actualidade.....	25

V. PRINCIPAIS ACTORES E SEUS PAPÉIS	28
5.1. Perfil institucional do sector	28
5.2. Actores formais locais.....	29
5.3. Actores comunitários	31
5.3.1. <i>Os secretários</i>	32
5.3.2. <i>Pescadores (locais e imigrantes)</i>	34
5.3.3. <i>Revendedores e colectores de pequenos moluscoss</i>	35
5.4. Os Privados	36
VI. PRÁCTICAS ADOPTADAS NA GESTÃO DOS RECURSOS PESQUEIROS.	38
6.1. Cerimónias ligadas às pescas	38
6.2. Mecanismos de conservação.....	39
6.2.1. <i>A veda</i>	39
6.2.2. <i>Banimento de artes nocivas á pesca</i>	41
6.2.3. <i>A Sensibilização das Comunidades</i>	42
VII. PRINCIPAIS CONFLITOS E FORMAS DE RESOLUÇÃO.....	44
7.1. Comunidades versus Instituições.....	44
7.2. Entre diferentes segmentos de Pescadores.....	45
7.3. Mecanismos de Resolução.....	46
VIII. CONCLUSÕES.....	49

ANEXOS:

(I) BIBLIOGRAFIA

(II) GUIÃO DE ENTREVISTAS

(III) FOTOGRAFIA – GAMBOA

(IV) FOTOGRAFIA – SECRETÁRIOS DOS PESCADORES

(V) FOTOGRAFIA – COLECTORES DE MOLUSCOS

(VI) MAPA – DISTRITO DE MORRUMBENE

(VII) MAPA – BAÍA DE MORRUMBENE (MANUSCRITO)

I. INTRODUÇÃO

1.1. Contexto do estudo

A Política Nacional do Ambiente¹, enfatiza que a sustentabilidade da gestão dos recursos naturais e do ambiente só poderá ser eficaz através de uma directa e activa participação das comunidades, valorizando e utilizando as suas tradições e experiências. Assim, o processo participativo é visto como sendo aquele que poderá contribuir para aumentar o conhecimento, confiança e auto-dependência dos utentes dos recursos em colaborarem e engajarem-se no caminho conducente ao desenvolvimento sustentável (FAO, 1999; Matakala e Mushove, 2001).

Em Moçambique, mesmo que o processo tenha sido fortemente determinado pela evolução no contexto político nacional e internacional, passos significativos vêm sendo dados pelos principais órgãos e instituições do Estado, sector privado, ONG's e pelos académicos, no sentido de criarem as condições necessárias para promover a participação activa de todos os sectores interessados no processo relativo ao desenvolvimento do país, tendo em conta a problemática da gestão dos recursos de que o país dispõe.

Não faltam evidências nesse sentido, a observar pelo quadro das reformas institucionais e legais em curso no país à implementação de programas/ projectos de desenvolvimento, onde há uma manifesta sensibilidade pela visão das comunidades-alvo e á questões sobre a equidade do género. Por exemplo, a estratégia do desenvolvimento rural, actualmente em vigor no país reafirma a pertinência de uma "abordagem multisectorial, baseada numa intervenção centrada nos actores, na qual o homem desempenha um papel primordial, tendo em conta as características do meio em que está inserido"².

Partindo do pressuposto de que as comunidades possuem a sua forma de explicar o mundo, baseada em ritos e mitos transmitidos de geração em geração e encontram formas de utilização sustentável dos recursos (Dava, 1998; Loforte, 2000), vamos procurar

¹ In: Moçambique. Conselho de Ministros (1995) *Resolução n° 5 / 95*. Agosto, Maputo

² In: Moçambique. Conselho de Ministros (2000) *Abordagem de Desenvolvimento Rural*. Maio, Maputo

centrar a nossa atenção no processo de participação da comunidade na tomada de decisões, na gestão dos recursos pesqueiros, bem como os principais mecanismos accionados para a conservação dos mesmos, em particular do camarão.

1.2. Objectivos e marco cronológico

O objectivo principal da pesquisa é analisar as práticas e os mecanismos locais de participação comunitária na gestão dos recursos pesqueiros e avaliar a praticabilidade e relevância de um sistema de co-gestão.

Neste sentido, temos como objectivos específicos:

- Identificar as principais artes, actores e seu papel na gestão dos recursos pesqueiros.
- Analisar os principais problemas / conflitos nas áreas de pesca e as soluções adoptadas para os ultrapassar.
- Avaliar a percepção que a comunidade pesqueira tem dos processos relacionados com o actual sistema de gestão.

Desta forma, o período sobre o qual vai incidir o nosso estudo é o que parte de 1992 (ano do Acordo Geral de Paz) até aos nossos dias. Porque acreditamos que a conjuntura macro-económica e política predominante no país, desde então, inaugurou uma “nova era” no país, marcada por uma dinâmica própria e “sui generis” nas zonas rurais, lançando novos desafios no que concerne à gestão dos recursos naturais.

1.3. Justificação e selecção da área de estudo

O projecto PEPA³, gerido pelo IDPPE, realça que:

“A pesca artesanal, com uma produção estimada em 100 e 200.000 toneladas por ano, é um sector importante da economia moçambicana, tanto pela sua contribuição para a alimentação das populações tanto pelos empregos que

³ Trata-se de uma convenção de financiamento á Pesca Artesanal, assinada entre os governos de Moçambique e da França

fornece. É contudo menos conhecida que a pesca industrial, que produz cerca de 25.000 toneladas anuais destinadas à exportação”.

Somos levados a acreditar que esta constitui uma oportunidade ímpar, no sentido de que permite que a base de dados sobre a pesca artesanal em Moçambique se torne mais enriquecida, permitindo um conhecimento mais amplo deste sub-sector, aumentando desse modo as suas possibilidades de desenvolvimento.

A selecção do distrito de Morrumbene, para a realização do estudo de campo, tem a ver com o facto de não existirem estudos sistemáticos em Ciências Sociais sobre o local. Situação que aliada á riqueza existente em recursos pesqueiros, em particular do camarão e pela importância da pesca artesanal na vida das comunidades locais, desperta o interesse por um aprofundamento do conhecimento sobre o local, por parte das instituições ligadas ao Ministério das Pescas.

1.4. Estrutura do trabalho

Este trabalho é constituído por vários capítulos organizados da seguinte forma: introdução, metodologia, quadro teórico e conceptual, actores envolvidos e seus papéis, práticas adoptadas na gestão dos recursos pesqueiros, conflitos surgidos e mecanismos de resolução e a conclusão.

No capítulo introdutório, fazemos uma breve contextualização do estudo, apresentando o objecto, os objectivos, relevância do estudo e da escolha do local da pesquisa. Na metodologia, descrevemos os passos dados ao longo de todo o processo. No quadro teórico e conceptual, apresentamos algumas abordagens e teorias importantes para a compreensão da problemática ambiental no país. No capítulo relativo aos actores e seus papéis, categorizamos o conjunto de actores mais importantes na gestão dos recursos pesqueiros, descrevendo os seus papéis. No capítulo seguinte descrevemos aquelas que são as principais práticas na gestão desses recursos numa perspectiva histórica. E naquele que se segue, são apresentados os principais conflitos e os mecanismos de resolução, procurando determinar o seu impacto na conservação desses recursos. Como capítulo

final, apresentamos as principais conclusões e produzimos algumas recomendações operacionais.

II. METODOLOGIA

O trabalho apresentado é o resultado de uma actividade desenvolvida em várias etapas, nomeadamente: a elaboração do protocolo de pesquisa, a revisão da literatura, o trabalho de campo, o processamento da informação, a análise e interpretação dos dados e a elaboração do relatório final. Importa referir que a elaboração do protocolo de pesquisa, foi antecedida por uma pesquisa exploratória (entrevistas e leituras exploratórias) em revistas e actores especializados visando, usando as palavras de Quivy (1992), explicitar a problemática de partida.

2. 1. A problemática

A supremacia da ideologia liberal face á ideologia socialista de orientação marxista, na década de 90, teve um forte impacto aos níveis político, económico e social no mundo inteiro. Esta alteração substancial no cenário macro e geo-político internacional foi acompanhada por uma ampla difusão das teorias neo-liberal e institucionalista, respectivamente. Correntes essas defendidas pelo BM / FMI⁴, que na essência, sustentam que o Estado deve ser um actor sem nenhum protagonismo económico, tanto ao nível doméstico como internacional, cabendo o protagonismo ás forças do mercado; devendo este, descentralizar os seus poderes a outros níveis da sociedade (Kilza, 2001⁵; Myers & West, 1993).

Neste sentido, a resolução nº 5/ 95, do Conselho de Ministros, que aprova a Política Nacional do Ambiente, constitui uma resposta do Governo de Moçambique, no sentido de enquadrar legalmente o seu posicionamento face ás teorias dominantes, ao reconhecer a interdependência entre o desenvolvimento e o ambiente. Esse documento realça a necessidade *"da utilização efectiva dos recursos naturais e a adopção de tecnologias*

⁴ Banco Mundial / Fundo Monetário Internacional.

⁵ In: MAWAI, Belmiro (2001) *Participação Comunitária na Gestão dos Recursos Naturais: O acesso e Maneio do Mexilhão no Distrito de Zavala* 35 pag. Tese de Licenciatura. UFICS - UEM

apropriadas às condições reais de Moçambique, bem como o reconhecimento das dinâmicas sociais”

No entanto, observa-se no terreno que a implementação de políticas e estratégias fundamentadas no paradigma liberal debate-se com a dificuldade de concepção de incentivos para a alteração do comportamento ambiental, que sejam fáceis de disseminar e viáveis de implementar em países onde o Estado tem uma fraca implantação ou se encontra debilitado (Bruce et al, 1990; Negrão et al, 1996); A discussão teórica e a prática de diversas instituições de desenvolvimento orientam as intervenção para a abordagem participativa que esteja centrada nas pessoas e na sua relação com o meio.

Neste contexto, uma série de preocupações se levantam no presente estudo, nomeadamente: quais eram os mecanismos em que se baseava a participação da comunidade pesqueira no passado? Quais os actores com um papel relevante na gestão dos recursos e como é que interagem entre si para garantir a sua sustentabilidade? Partindo do princípio que existem diferentes níveis ou graus de participação, qual é o nível ou grau, que efectivamente se pretende que estas venham a ter no processo em interacção com as instituições formais de tutela? Quais os conflitos mais recorrentes com que se debate a comunidade pesqueira e quais é que são os mecanismos de gestão? Como resolver a problemática resultante do facto do mar ser “um recurso de propriedade comum” ao mesmo tempo que é de “acesso livre”⁶, contrariamente à questão da terra, em que o problema aqui, não pode ser resolvido com um simples título de posse da terra?

No entanto, a questão transversal ao longo do estudo é nos suscitada pela seguinte questão: Em que medida é que as práticas e os mecanismos de participação comunitária locais, em interacção com os actores institucionais, contribuirão de forma eficaz para a gestão sustentável dos recursos pesqueiros ?

⁶ Chilundo e Cau (1999), citando Ciriacy – Wantrup e Bishop (1975), consideram que numa situação de propriedade comum, todos os membros (comunidade ou grupo de interesse) têm direitos iguais de usar o recurso e de excluir os não membros do grupo e devem investir para a sua conservação. E definem recurso de acesso livre, aquele em que cujo o uso está aberto a todos devido á inexistência de direitos de propriedade, o recurso não tem proprietário ou os direitos de propriedade não estão bem definidos.

2.2. Hipótese

Diversos actores estão envolvidos na gestão dos recursos pesqueiros (Estado, comunidade, privados), não havendo entre eles a devida articulação. Apesar de as comunidades terem um conhecimento dos mecanismos para a conservação dos recursos pesqueiros, elas muitas vezes adoptam práticas nefastas devido á precária situação sócio-económica em que vivem.

2.3. Métodos e técnicas de pesquisa

Foram dois os “instrumentos” metodológicos principais da pesquisa, a saber: a revisão da literatura e o trabalho de campo. O primeiro momento, cobriu o período Janeiro-Abril, e o objectivo foi a familiarização com as principais teorias, conceitos e abordagens sobre o tema, bem como aprofundar o conhecimento sobre o posicionamento do Estado e dos diversos actores relevantes sobre o assunto.

Devido á dificuldade em obter os dados necessários e pertinentes, procurou-se diversificar a recolha de dados pelo maior número possível de locais de pesquisa, desde instituições académicas, públicas e órgãos não governamentais, nomeadamente: a biblioteca da UFICS, do Centro de Estudos Africanos (CEA), da Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, do Núcleo de Estudos de Terra (NET), do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA), da FAO e da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), da Direcção Nacional de Geografia e Cadastro (DINAGECA), do IDPPE e do Instituto de Investigação Pesqueira (IIP).

Por sua vez, o trabalho da campo, decorreu entre os meses de Março e Abril, tendo sido subdividido em duas partes principais. A primeira realizada entre os dias 15 e 17 de Março de 2002, consistiu numa visita exploratória ao local de estudo, visando estabelecer os primeiros contactos com os actores relevantes no distrito, identificar claramente a problemática e caracterizar o problema, obtendo igualmente subsídios importantes para o prosseguimento do trabalho prático na fase seguinte. A segunda parte decorreu no

período de 3 a 18 de Abril de 2002, visando a recolha de informação relevante junto aos informantes do distrito.

A pesquisa de campo incidiu sobre os actores institucionais com responsabilidades administrativas e sobre aqueles que têm a baía como local de actividade produtiva permanente. Através de uma amostra representativa não aleatória, isto porque para uma pesquisa do género requer que se seleccione os indivíduos em função das suas características, papel ou função (Vergara, 1998).

Para tal, optou-se pelo uso das entrevistas semi-estruturadas ou semi-directivas de modo a que fosse possível alargar o que Quivy (1992) denomina por horizontes dos assuntos tratados. Reuniões de grupos de interesse como as do núcleo dos secretários de pesca e conversas informais, constituíram uma fonte valiosa de informação. A última técnica, justifica-se pelo facto de as pessoas se sentirem mais livres para exprimirem as suas ideias do que em encontros formais (Matakala, 1998).

Um misto de observação directa e de observação transiente⁷, constituíram recursos válidos, complementadas por caminhadas transversais como mecanismo complementar (Mawai, 2001), tanto em terra como no mar.

A principal limitante foi o facto de o período do trabalho de campo não ter coincidido com a “época alta do camarão”⁸ no local. Nesse período há uma maior interacção de diversos actores, entre pescadores, vendedores, consumidores e outros. Secundado pelo facto de ter sido necessário reajustar constantemente o programa de trabalho ao longo de todo o processo, devido á indisponibilidade repentina dos entrevistados, por vários motivos.

⁷ Segundo Matakala (1998), observação transiente é aquela em que o pesquisador permanece em curtos períodos de estadia na comunidade e onde observa os principais eventos, como fonte de informação, através da observação de interacções. Este método é preferido que a observação participante, por parecer menos intrometido e menos tendencioso

⁸ Porque é o período em que se captura o camarão com valor comercial e teria-nos sido possível observar uma outra cadeia de interacções, que surgem em consequência da presença de pescadores imigrantes, de compradores e revendedores vindos de zonas distantes.

2.4. Caracterização do local de estudo

2.4.1. Estrutura Político-administrativa

O distrito de Morrumbene consiste em 2 postos administrativos: Morrumbene e Macodoene. A capital do distrito é a vila de Morrumbene. O Governo distrital é composto pelas Direcções Distritais da Agricultura e Desenvolvimento Rural, da Educação, da Saúde, das Obras Públicas e Habitação, da Cultura, Juventude e Desportos e a da Coordenação da Acção Social. Não deixando de ser notória a ausência de representatividade do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental. No entanto, funcionam ainda no distrito outras instituições públicas, tais como a Polícia da República de Moçambique, o Tribunal Judicial e os Serviço de informação e Segurança do Estado (SISE).

2.4.2. Caracterização sócio-económica

Morrumbene é um Distrito extenso, com uma densidade populacional relativamente elevada. A agricultura é a actividade económica predominante e as culturas alimentares básicas do sector familiar são o milho, a mandioca, o arroz e o amendoim. Existem ainda árvores dos seguintes frutos: mangueiras, abacateiras, bananeiras, tangerineiras e limoeiros. Os animais domésticos mais importantes para o consumo são as galinhas, os patos, as ovelhas, os cabritos e os bovinos, que são também comercializados.

As autoridades distritais não vêem qualquer potencial na fauna bravia em termos turísticos ou de caça comercial. O mesmo não acontecendo em relação as árvores nativas que são de madeiras preciosas e semipreciosas.

No que diz respeito a pesca, esta é uma actividade importante para as populações que vivem perto da costa do Oceano Índico e por consequência, o peixe e outros produtos do mar fazem parte da dieta alimentar local, além de que é vendido nos mercados locais e regionais para custear as despesas das famílias.

2.4.3. A Baía de Morrumbene

A baía de Morrumbene, localiza-se na província de Inhambane e encontra-se na parte interior da baía de Inhambane. Liga-se a um estuário (onde desaguam três rios principais, a saber: Furvela, Nhaveguere e Joacana⁹). Segundo o IIP/ IDPPE (2001), as baías e estuários são caracterizadas por serem áreas geralmente de baixas profundidades, com grande influência do sistema hídrico da região e protegidas do mar aberto, sendo as áreas adjacentes a estas formadas por floresta de mangal e o fundo pode estar coberto de ervas marinhas.

A linha de costa de Moçambique, com cerca de 2.700 km de extensão, banhada pelo Oceano Índico, é caracterizada pela existência de uma significativa variedade de ecossistemas marinhos e terrestres extremamente frágeis, que incluem praias, terras húmidas, lagoas, recifes de coral, costas rochosas, mangais e outras áreas de grande biodiversidade. A baía de Morrumbene é particularmente uma zona rica em mangal, facto que justifica a presença em grande escala do camarão durante todo o ano, ainda que a época alta seja entre Fevereiro e Março, e do caranguejo durante o inverno. Para o IIP/ IDPPE (2001), a presença do mangal num local, demonstra a importância que uma determinada área de pesca tem particularmente para a colecta do caranguejo e outros invertebrados marinhos.

Em volta da baía encontram-se dispersas várias zonas residenciais onde se destacam as seguintes: Morrumbene, Tinga-Tinga, Linga-Linga, Mongué, Cotche e Jogó. E as principais áreas de pesca são as zonas adjacentes a Cotche, Mongué, Linga-Linga (na zona de interligação com o mar aberto- de acesso á Baía de Inhambane) e Jogó (zona de reprodução do camarão).

⁹ Segundo o grupo que nos dá a referência destes nomes, estes são os nomes tradicionais destes rios. No entanto, um outro grupo indicara-nos outros nomes para os mesmos, nomeadamente, Furvela, Nhanombe e Jogó, pelo que este aspecto carece ainda de um melhor esclarecimento.



III. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

3.1. Moldura teórica

O simples facto de a maior parte do pensamento da gestão dos recursos ser de tendência marcadamente ocidental, enfatizando a competição, em vez da cooperação e assumindo a supremacia do individualismo face ao comunitarismo (Berkes, 1989; Negrão et al, 1995), desde cedo constituiu um sério desafio às lideranças africanas do pós- independência. Concretamente, foram dois os paradigmas que dominaram a visão do Estado em relação á gestão dos recursos, a saber: i) o da substituição, e; ii) o da adaptação (Bruce et al, 1990; Sverdrup-Jensen, 1997).

O primeiro, vigorou durante a época colonial e foi resgatado no período pós-colonial, devido ao seu sucesso nos países industrializados (Bruce et al, 1990). Este, teve como suporte principal uma abordagem centralizada, em que predominava um modelo decisório "top-down", dentro do qual só as elites é que participavam no processo político, num momento dominado pela prevalência de sistemas políticos autoritários em África, onde a racionalidade das comunidades rurais, como actores relevantes no processo não era determinante (Robinson, 1997; Negrão, 2001).

A grande crítica que é feita ás abordagens suscitadas por este paradigma, consiste no fato de terem revelado que a implementação de projectos / programas de desenvolvimento, primaram pela ausência de uma análise detalhada das condições iniciais (agro-ecológicas, económicas e relações sociais), uma parca compreensão da visão local em termos de necessidades e prioridades, ditando assim o seu fracasso (Pottier, 1993; Galjart e Buijs, 1982).

Este fracasso, leva á emergência do paradigma da adaptação, que por sinal coincide com o recrudescer do movimento democratizador em África. A tendência, é de uma viragem gradual de uma abordagem "top-down" para a "bottom-up", tendo em conta os

pressupostos da democracia participativa, contrariamente á democracia representativa. Loforte (2000) citando Geertz (1983), considera que uma das vantagens do processo participativo "bottom-up", é que ele permite-nos obter aquele conhecimento local que figura de pelo menos três formas: "*como parte do ecossistema local, como fonte de informação científica (...) e como base para todas as negociações para as partes interessadas*". Implicitamente, reconhece-se que os sistemas costumeiros tradicionais são dinâmicos, e que se forem reconhecidos pelo Estado e tiverem um suporte legal e um ambiente institucional adequados, serão capazes de se desenvolver de encontro às suas necessidades (Bruce et al, 1990). Negrão (2001), citando North (1989), enquadra este posicionamento dentro da corrente neo-institucionalista que emergiu no contexto das abordagens alternativas¹⁰.

Assim, a realização da 1ª Conferência Nacional sobre o Meio Ambiente, em Outubro de 1991, a criação da Comissão Nacional do Meio Ambiente (CNA) em Junho de 1992, a criação do Ministério Para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA), em 1994, que passaria a coordenar as acções sobre o assunto ao nível macro, isto é, desde políticas e programas multi-sectorias no que diz respeito à problemática ambiental no país (MICOA, 1996). Culminando recentemente com a publicação da Abordagem do Desenvolvimento Rural, pelo Conselho de Ministros, a 20 de Maio de 2000. Quando combinados com o quadro legal elaborado durante a década de 90, constituem uma demonstração clara dos passos dados pelo governo, no contexto deste último paradigma.

No entanto, as abordagens por ele suscitadas, são também sujeitas a críticas. Por exemplo, Pateman (1970), Gould (1981), Dahl (1989) e Markovic (1993), citados por Bruce et al (1990), referem que o grande problema, é o facto de os preceitos democráticos em que se baseia o paradigma da adaptação, limitarem-se ainda aos círculos políticos e á participação representativa. Sendo necessário, um sistema adequado de representação baseado na participação a níveis mais baixos, dê maneira que a participação efectiva das comunidades na gestão dos recursos naturais seja uma realidade (Galjart & Buijs, 1982).

¹⁰ Vide: NEGRÃO, José (2001). *Cem Anos de Economia da Família Rural Africana*. 2ª Edição. Promédia

No entanto, torna-se imperioso reconhecer que a emergência da actual consciência ambiental e conseqüentemente de uma nova abordagem de desenvolvimento, foi a nível mundial marcada pela publicação do relatório do "World Commission of Environment and Development: "Our Common Future", em 1987 (Hettne, 1990). Na actualidade, a problemática da gestão dos recursos naturais, no contexto do desenvolvimento sustentável recai sobre três abordagens principais, a neo-liberal, a neo-institucional e a participativa.

Negrão et al (1996), citando North (1990) e o World Bank (1992), destacam que a origem das duas primeiras recai sobre o "mainstream"¹¹ que assume a existência de uma forte correlação entre pobreza e degradação ambiental. Enquanto que a abordagem neo-liberal, defendida pelo FMI / BM, considera que existem mercados perfeitos para a produção, força de trabalho, seguro das culturas de crédito, assumindo-se que o Estado é um actor sem nenhum protagonismo económico, tanto ao nível doméstico como no internacional (Kilza, 2001; Myers e West, 1993), devendo-se orientar a gestão dos recursos naturais no sentido de desbloquear as barreiras institucionais e alienar os recursos (Mawai, 2000), citando (Olson, 1998). O cerne da abordagem neo-institucionalista, "tem as instituições como regra de jogo numa sociedade" (North, 1989), citado por Negrão (2001). Na verdade, elas desempenham um papel fundamental na definição de um quadro institucional para a alocação eficiente dos direitos de propriedade e a minimização dos custos de transação e informação. Assim:

"Qualquer que seja a posição, existe consenso de que as instituições desempenham um papel importante, particularmente na agricultura onde a produção é altamente dependente do quadro institucional para o uso da terra, do trabalho e outros insumos-chave"(Thorbeck e Morrison, 1989; Janvry e Sadoulet, 1989), citados por Negrão et al (1996).

Neste sentido, a posição das agências de cooperação em relação ao Estado moçambicano,

¹¹ Trata-se de um modelo de comportamento ambiental, defendido pelo UICN, WWF. A sua premissa principal, é de que há correlação entre pobreza e degradação ambiental, isto é, a pobreza (não a riqueza) é que é responsável pela degradação do ambiente.

é de que este prossiga com as reformas ora em curso. Desconcentrando e descentralizando tanto quanto possível o seu poder político, em favor de outros segmentos administrativos abaixo de si. Daí, o estabelecimento das autarquias e o actual quadro de reformas ainda em curso, tendo como pressuposto a Constituição de 1990.

No entanto, a premissa implícita às duas abordagens acima mencionadas, não têm uma validade universal. Facto esse que nos é atestado por Negrão et al (1996), quando refere que o modelo neo-liberal apresenta duas limitações principais: primeiro, a existência de regularidades quotidianas que o material teórico tal como está concebido não permite analisar; segundo, a dificuldade de concepção de incentivos para a alteração do comportamento ambiental que sejam fáceis de disseminar e viáveis de implementar em países onde o Estado tem uma fraca implantação ou se encontra debilitado.

“Tanto uma como outra alternativa não são nem aconselháveis nem desejáveis na presente conjuntura africana, em particular a da África Austral. Importa que se estudem e se tentem criar mecanismos institucionais que sejam ao mesmo tempo democráticas e flexíveis. A melhor forma de garantir a eficiência institucional é incorporar a possibilidade de mudança sempre que se justifique” (Negrão et al,1996).

É neste contexto, que assistimos ao recrudescimento da filosofia participativa, defendida por autores como Bruce et al (1990), Pottier (1993), Negrão et al (1996) e que se baseia na crença empiricamente fundada de que há capacidade de gestão por parte dos grupos vulneráveis: *“os pobres só têm falta de controle e acesso sobre os recursos, eles precisam é de assistência com a remoção de constrangimentos”* (Pottier, 1993).

Crê-se que esta abordagem oferece-nos algumas vantagens, porque a adaptação do sistema de posse de terra costumeiro, através da resolução (local) e de decisões alcançadas a partir de factos específicos, tenderá a responder mais às reais necessidades e será mais sensível às realidades locais do que uma reforma legal baseada num entendimento muito mais abstracto de um assunto (Bruce et al, 1990; Galjart e Buijs,

1982).

Em termos práticos, a resposta do Governo de Moçambique (GOM), recai para uma abordagem baseada na co-gestão. Que surge como uma resposta a crises de conservação ou devido á incapacidade do governo resolver problemas de conservação e de uso equitativo dos recursos (FAO, 1997). Facto que pode ser atestado por uma série de projectos de co-gestão existentes no país, baseados em diferentes regimes de arranjos institucionais (Matakala e Mushove, 2001), marcado pelo arranque do Projecto “Tchuma – Tchato”, (nossa riqueza - na língua local), na localidade de Bawa, Mágoe, Província de Tete. O referido projecto baseia-se no pressuposto teórico de que o fortalecimento ou a criação de sistemas de co-gestão ou maneiio colaborativo, através do “empowerment” e de parcerias, é uma estratégia viável para a promoção do desenvolvimento rural e a conservação dos recursos (FAO, 1997).

3.2. Conceitos

Os principais conceitos operativos a serem considerados neste trabalho são os seguintes: desenvolvimento sustentável, participação, comunidade pesqueira, pesca artesanal, recurso natural, recurso pesqueiro e co-gestão.

A origem do conceito “desenvolvimento” é atribuída á economia clássica. Nessa perspectiva o desenvolvimento é entendido como sendo o processo de transformações que ocorrem nas estruturas económicas e sociais ao longo do tempo. Portanto, a sua ênfase não estava nas pessoas, mas sim na transformação das estruturas que cercam o homem em si, sem importar-se com o real impacto dessa transformação sobre o meio circundante, incluindo a componente humana. Mas, na actualidade o desenvolvimento, é entendido como um processo que articula os esforços nas esferas do crescimento económico, equidade social, uso racional dos recursos naturais e a boa governação com o objectivo de melhorara as condições de vida da população, mediante uma transformação produtiva¹². O conceito de desenvolvimento sustentável é actualmente usado por instituições como o IUCN e enfatiza a opção por abordagens que vão no sentido da

¹² Op. Cit.

manutenção dos principais processos ecológicos, preservação da diversidade genética e uma utilização sustentável das espécies e ecossistemas (MICOA, 1997), devendo incorporar inevitavelmente a dimensão humana, combinando o crescimento económico com doses aceitáveis de equidade¹³.

Existem vários conceitos sobre participação, derivados de uma acesa discussão nos círculos académicos, políticos e sócio-económicos. Essa discussão tem sido feita no seio de dois campos bem definidos, o da democracia representativa e o da democracia participativa (Matakala e Mushove, 2001). No quadro do presente trabalho vai-se focalizar mais o debate no campo da democracia participativa. Neste contexto, Matakala (1998), suscita-nos a problemática dos níveis de controle comunitário, porque considera que estes tem implicações directas na relevância do arranjo institucional necessário de manejo florestal. A indicação dos níveis de controle comunitário ou de responsabilidade na tomada de decisões, pode variar de controle completo (responsabilidade total), controle compartilhado (responsabilidade compartilhada), a muito pouco controle (responsabilidade de aconselhamento). Assim:

“A responsabilidade total implicará uma devolução total da autoridade de tomada de decisões aos níveis locais e a responsabilidade compartilhada implicará um co-maneio ou manejo conjunto entre o governo e as organizações locais, enquanto que a responsabilidade de aconselhamento significará ou implicará que não há tomada de decisões ao nível local (tomada de decisões centralizada)”(Matakala, 1998).

Estes elementos acima referenciados conduzem-nos á seguinte definição de participação: o processo em que actores sociais com diferentes poderes e recursos actuam em instâncias formais e informais para discutir os seus interesses, identificar e negociar conflitos e desenvolver acções que tomam em consideração os interesses e as preocupações das partes envolvidas (Loforte, 2000). Fazendo eco ás palavras de Galjart e Diecke (1982), esta tem a vantagem de nos suscitar o carácter dinâmico do processo participativo.

¹³ Ibidem

Mawai (2001), citando Birou (1982), sustenta que comunidade, refere-se a grupos populacionais que convivem no mesmo espaço físico, partilham os mesmos recursos, interesses e valores comuns e estão ligados entre si por laços de solidariedade e de pertença. Por sua vez, a Lei de Terras no seu artigo 1 define comunidade local, como sendo o agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da protecção de áreas agrícolas, sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão. As duas definições no essencial não apresentam diferenças substanciais, excepto o facto de a segunda, ao delimitar o território de abrangência, tornar-se mais específica e aplicável exclusivamente às zonas rurais. No entanto, para o contexto do presente trabalho, procuramos construir o conceito de comunidade pesqueira, que seria definido como sendo o agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo num determinado espaço físico, que pode ser de nível de localidade ou inferior, que têm interesses e valores comuns e estão ligados por laços de pertença, onde prevalece a solidariedade e a competição na partilha dos recursos com valor de consumo e mercantil que o mar coloca ao seu dispor.

O MICOA (1998), classifica a pesca artesanal da seguinte forma: aquela que tem um carácter local, é geograficamente limitada e produz excedentes para a comercialização, podendo ser praticada sem barcos ou em embarcações cujo comprimento não exceda os 10 metros. Esta definição é bastante compacta e não permite uma exaustiva compreensão do mundo que rodeia este sector pesqueiro. Assim, faremos apelo á definição constante do Regulamento da Pesca Marítima, que assume que é a pesca com carácter local, produzindo excedentes para a comercialização, sem embarcação ou com embarcação cujo comprimento não excede os dez metros de comprimento total, propulsionadas a remos, á vela, ou por motores fora de borda, ou interiores de pequena potência , utilizando raramente gelo para a conservação do pescado a bordo e fazendo uso de artes de pesca tradicionais.

Enquanto que a Política Nacional do Ambiente, define recurso natural como sendo

qualquer parte do ambiente natural , como ar, água, solo, floresta, fauna e minerais, Negrão et al (1996), citando o IUCN, refere que é tudo o que a natureza nos oferece e que pode ser usado para satisfazer uma necessidade humana. Esta última definição para além de mais abrangente, realça o valor ou a utilidade que esse mesmo tem para o homem. Por sua vez, a Lei de das Pescas refere que recursos pesqueiros são espécies aquáticas, animais ou vegetais, cujo meio de vida normal ou mais frequente é a água e que são objecto de actividade da pesca ou da aquacultura.

A pertinência do conceito de co-gestão é indiscutível na presente obra, porque ele permite-nos estabelecer uma clara distinção entre as mais convencionais formas de gestão, onde a responsabilidade pela tomada de decisão recai a uma das partes e os outros permanecem na periferia, do que se realiza e que envolve diversos actores (FAO, 1998). Pelo que Matakala e Mushove (2001), citando Ingles et al (1999), o definem como sendo aqueles arranjos de maneio que são negociados por intervenientes múltiplos e que são baseados num pacote de direitos e privilégios (sistema de posse) reconhecido pelo governo e largamente aceites pelos utilizadores do recurso; é o processo de partilhar poder entre os intervenientes para que estes tomem decisões e exerçam controle na utilização do recurso.

IV . PRINCIPAIS RECURSOS E ARTES ENVOLVIDAS

4.1. Recursos capturados

A abundância e distribuição dos recursos bem como as artes de pesca utilizadas são determinadas pela diferenciação geológica e estão relacionadas com as condições ecológicas da costa (Fisher et al, 1990; IDPPE/ IIP, 2001). Esta constatação permite-nos compreender porque é que a baía de Inhambane é um ambiente propício para a pesca de grandes e pequenos pelágicos¹⁴ tais como: serra, veleiro, atum, carapau, cavala e sardinha (IDPPE/ IIP, 2001), onde o camarão representa apenas 1% do total das pescarias dentro da mesma.

No caso do camarão, a situação na baía de Morrumbene contrasta com aquela encontrada na baía de Inhambane. Porque este é, de longe, o recurso mais importante para o consumo e para a venda no local, cuja captura tem um carácter permanente, isto é, 24 sobre 24 horas do dia durante o ano. Envolve um grande número de pescadores e mais de metade do sistema de pesca existente.

Pode-se ainda capturar outras espécies de peixes, fundamentalmente o peixe emigrante e pelágicos, nomeadamente: sardinhas, carapau, peixe-coelho, melanúrias, pescadinha, taíinha, peixe-pedra, carapau, peixe-zebra; invertebrados marinhos como lulas; moluscos como amêijoas e caranguejo.

O pescado aqui capturado, principalmente o camarão (entre os meses de Janeiro e Março) possui um elevado valor comercial e as respectivas redes de comercialização atingem pontos distantes, nomeadamente: Maxixe, Massinga, Maputo e Beira.

4.2. O sistema de pesca

No presente trabalho é entendido como sendo o resultado da combinação entre a arte de

¹⁴ Pelágicos, são espécies de peixes que normalmente ocorrem na parte superior da coluna marítima (New Books, 1990). Segundo a Dr^a Paula Santana, são peixes de pouca profundidade, não se concentram no mesmo local, sendo migratórias por excelência.

pesca¹⁵ e o tipo de embarcação usado. As artes localmente usadas resumem-se em: ao arrasto de praia, cerco, emalhe, pesca a linha, gamboa de estaca fixa e tarrafa, estando oficialmente registados nos SPAPI cerca de 556 pescadores ao todo, com base em dados colhidos em 1998/99. O tipo de embarcações usadas vão desde as lanchas, chatas, canoas, até o caso de pescadores sem barco.

4.3. O sistema de pesca tradicional¹⁶

Os dados colhidos dos nossos informantes, permitem-nos concluir que no período anterior ao recrudescimento da guerra em Moçambique, isto é, até a primeira metade dos 80, o sistema de pesca predominante baseava-se no uso da gamboa e da tarrafa, combinada com a canoa como meio de locomoção que continua sendo o tipo de embarcação mais divulgado na zona. A gamboa apresenta um historial mais antigo, facto que é comprovado por um dos nossos informantes quando refere que “(..) *aprendi a fazer a gamboa no tempo do meu pai e (...) essa era uma maneira de nós termos caril para comer*”¹⁷.

O IIP/ IDPPE (2001), enfatiza que as artes usadas para a captura de um determinado recurso pesqueiro, para além de estarem condicionadas à condição ecológica da área e à disponibilidade do recurso, são também determinadas pelos hábitos e a cultura, que jogam um papel de relevo no uso de determinadas técnicas e métodos de pesca em detrimento de outros. De facto, a gamboa têm um vínculo muito forte e nalguns casos o espaço por ela ocupado é apropriado pela mesma família à pelo menos duas gerações. Ela é fundamentalmente uma arte fixa¹⁸ (vide: anexo III) e distingue-se das restantes artes existentes no local, porque o seu esquema de propriedade para além de semelhante ao das machambas familiares em que temos um terreno delimitado, é um único tipo de pesca

¹⁵ O Regulamento da Pesca Marítima define no artigo 2, alínea (o), arte de pesca como sistema ou artefício de pescapreparado para a captura de recursos hidrológicos

¹⁶ no contexto do presente estudo, entendemos como sistema tradicional o sistema prevalecente até meados dos anos 80, período em que segundo o ACNUR / PNUD (1997) a partir do qual começou a registar-se uma massiva afluência de deslocados no distrito devido à guerra.

¹⁷ Entrevista com o Sr. Pedro Filipe, Jogó, 12/ 04/ 02

¹⁸ São montadas num território previamente demarcado e que via da regra tem a forma de triângulo, com uma abertura em uma das extremidades (do lado oposto ao da circulação da corrente marítima, permitindo que o pescado entre na armadilha), feita de estaca fixa e cercada de caniço ou rede.



estática em que o pescador não precisa de estar no local durante todo o tempo (vide anexo III). Estas, possuem um nome tradicional, que normalmente está ligado ao primeiro ocupante daquele espaço, só para citar temos: Cundula, Marione, Meluge, Chifeco, Nhathogome, Massekereni e Majasse¹⁹. A maior parte destas situa-se na zona marítima e contígua às áreas residenciais de Mongué, Cotche e Linga-Linga.

Os nossos entrevistados são unânimes em afirmar que a solidariedade entre os membros da comunidade era maior nessa época, quando comparada com aquela que se verifica nos dias de hoje e um afirma que: *"era mais fácil as pessoas daqui darem apoio para a montagem (...) bom, talvez porque éramos poucos a pescar e não havia guerra de espaços"*²⁰. Actualmente, é mais comum encontrarmos os membros de uma mesma família a recolherem o peixe ou a arranjarem a sua gamboa, casos de pai e filho ou até mesmo o marido e a mulher.

Os actores formais defendem que a proliferação de outras artes na zona, principalmente da tarrafa, e o desaparecimento gradual de algumas formas de solidariedade, encontra-se directamente ligada ao sobre-povoamento que se registou na região durante os meados dos anos 80. Mpinga (1994), citado por Chilundo e Cau (1999)²¹, considera que a guerra foi responsável pela destruição e enfraquecimento da coesão e do espírito de solidariedade entre as pessoas em Moçambique e Angola.

4.4. O sistema predominante na actualidade

A tabela 1 e a observação no terreno mostram que existe uma forte relação entre o uso de um determinado tipo de arte e o recurso a um ou outro tipo de embarcação (que compõem o sistema de pesca). Por exemplo, segundo os SPAPI, em todos os casos em que se usa o arrasto como arte, o tipo de embarcação correspondente é a lancha (89%) e com algumas excepções a chata (11%) e mais de metade do pescado é destinado à venda. Há também

¹⁹ A identificação das gamboas pelos nomes facilita a actividade dos pescadores, uma vez que servem de uma espécie de pontos cardeais, principalmente no caso de acidentes.

²⁰ Entrevista com o Sr. Miguel, Morrumbene-Cocane, 03/ 04/ 02

²¹ In: MAWAI, Belmiro (2001) *Participação Comunitária na Gestão dos Recursos Naturais: o Acesso e manio do mexilhão no Distrito de Zavala*. 35 p. Tese, Licenciatura, UFICS-UEM

uma forte correspondência entre o uso da linha de pesca e o uso da canoa, correspondendo a 63%; no caso daqueles que têm a gamboa como arte, parte deles opera ou com canoa (36% dos casos) ou são simplesmente pescadores sem barco (64%) e a sua produção é quase que na sua totalidade destinada ao consumo familiar.

Tabela 1: O sistema de pesca na baía de Morrumbene

Tipo de Embarcação	Artes Usadas									
	Arrasto		Cercos		Emalhe		Linha		Gamboa	
Lancha	17	89%	1	2%	—	—	6	11%	—	—
Chata	2	11%	—	—	4	31%	12	22%	—	—
Canoa	—	—	26	52%	8	62%	34	63%	20	36%
P.S.Barco*	—	—	23	46%	1	7%	2	4%	35	64%
Total	19	100%	50	100%	13	100%	54	100%	55	100%
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%

* Pescador Sem Barco.

Fonte: Adaptada, com base na tabela original existente nos SPAPI (de 1990, actualizada em 1998).

Esta tabela não apresenta informação sobre a tarrafa porque, segundo os SPAPI, o registo existente é referente aos pescadores que pagaram as suas licenças. Contudo, a informação obtida e a observação no terreno permitem-nos concluir que esta é a arte mais popular e mais divulgada em toda a baía. O que é comprovado pelas seguintes palavras: *“aqui, praticamente se entrarem nas casas, vais ver que cada família possui uma tarrafa (...) a pesca feita com esta arte, destina-se ao consumo próprio”*²².

A acção desenvolvida pelos “tarrafeiros” é bastante complexa, por constituírem o grupo de pescadores que mais foge ao pagamento das licenças e por serem constituídos por segmentos variados de actores, nomeadamente homens, mulheres e crianças (estes últimos, envolvidos na pesca nocturna), situação que aliada ao uso de redes de malhagem inadequada, constitui um factor preocupante e determinante para a preservação do

²² Entrevista com o Sr. Jacinto Romeu, Morrumbene-Ponte, 10/04/02

camarão, principalmente em Jogó (principal área de reprodução do camarão).

Em síntese, pode-se referir que co-existem no local vários recursos, como diferentes espécies de peixe (pequenos pelágicos), invertebrados marinhos e moluscos. O principal recurso é o camarão, que se reproduz em grande quantidade e possui um elevado valor de consumo e comercial no local e principais centros comerciais da zona. O sistema de pesca prevalecente até meados dos anos 80, era dominado pela gamboa e a tarrafa (artes) combinadas com a canoa (embarcação). A solidariedade social, era maior entre os pescadores e o uso da gamboa sempre teve um vínculo muito forte com as famílias locais. Presentemente, todas as artes, excepto o arrasto, são combinadas à canoa e os utilizadores da tarrafa, constituem o grupo mais problemático na baía não respeitando as regras estabelecidas para a gestão sustentável do recurso.

V. PRINCIPAIS ACTORES E SEUS PAPÉIS

5.1. Perfil institucional do sector

Segundo o IIP/ IDPPE (2001), o sector das pescas é administrado pelo Ministério das Pescas (MIP), criado após as eleições de 1999. Entre os anos 1994 e 1999, este sector esteve inserido no Ministério de Agricultura e Pescas (MAP). O MIP, é constituído por três direcções nacionais, três departamentos e quatro instituições financeiramente autónomas, nomeadamente:

- Fundo de Fomento Pesqueiro (FFP), para a execução de programas de investimento público e de angariação de fundos para o sub-sector da pesca de pequena escala;
- Instituto Nacional de Investigação Pesqueira (IIP), para estudos de natureza biológica e do ambiente aquático, que garantam a sustentabilidade dos recursos marinhos em Moçambique;
- Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala (IDPPE), vocacionada em estudos sócio-económicos e tecnológicos para o estabelecimento de políticas e estratégias de desenvolvimento pesqueiro, e;
- Escola de Pesca (EP), responsável pela formação de técnicos de pesca (marinheiros e mestres do mar).

Ao nível provincial, o MIP é representado pelos Serviços Provinciais de Administração Pesqueira (SPAP), que têm a função de monitorar e controlar a actividade pesqueira. Essa actividade é feita em coordenação com a ADMAR (Administração Marítima), instituição pertencente ao Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC), virada para a fiscalização e monitoria das embarcações marítimas (IDPPE, 2001).

Actualmente, o sector é regulamentado pelo pelo Plano Director das Pescas (1994), pela Política Pesqueira (11/96), Lei das Pescas (3/90), e pelos seguintes regulamentos: Pesca Marítima (16/96), de Inspecção e Garantia de Qualidade dos Produtos de Pesca (10/98), das Águas Interiores (36/99) e o da Pesca Desportiva (51/99) (Idem).

5.2. Actores formais locais

Na Baía de Morrumbene interagem diversos actores, de entre os quais se destacam três categorias principais: as instituições de carácter estatal, a comunidade pesqueira e o sector privado. Os actores institucionais relevantes na gestão dos recursos pesqueiros são: a Administração Marítima (ADMAR), os Serviços Provinciais de Administração Pesqueira-Inhambane (SPAPI), a Administração do Distrito de Morrumbene, a Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DPADR) e a Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DDADR), cujas competências e legitimidade são-lhes atribuídas pelo Estado.

Ao nível provincial, as funções atribuídas aos SPAPI, limitam-se ao monitoramento e controle da actividade pesqueira na Província de Inhambane (IDPPE, 2001). Traduzido na prática, resume-se ao seguinte: *“os SPAPI, velam por toda actividade pesqueira ao nível da província, desde o licenciamento, controlo do pescado, fiscalização, toda a actividade ligada ao mar...”*²³. Contudo, essa competência não se estende á baía de Inhambane, conseqüentemente á baía de Morrumbene²⁴, excepto no que diz respeito ao controle do pescado. Alguns dos nossos entrevistados explicam que a capacidade instalada do MIP, ainda está longe do ideal. Esta situação explica parcialmente o porque da presença da ADMAR como actor relevante neste sub-sector das pesca na baía de Morrumbene.

A ADMAR, é uma instituição pertencente ao Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC), virada para a fiscalização e monitoria das embarcações marítimas (IDPPE, 2001). O seu âmbito de acção é a navegação em geral, tanto a do sector pesqueiro (artesanal, semi-industrial e industrial) como a de transporte de passageiros. No entanto, devido ao constrangimento em meios materiais e humanos notificado pelos SPAPI, a ADMAR, continua desempenhando algumas funções que institucionalmente deveriam estar sob a tutela dos SPAPI. Enquanto, que os SPAPI,

²³ Entrevista com Rodolfo Macassa, Cidade de Inhambane, 19/ 04/ 02

²⁴ Os SPAPI, detém a tutela sobre as zonas de “mar aberto”, e nas zonas de “mar fechado ou interior”, como é o caso das baías, esta cabe á ADMAR. Devido á inexistência de capacidade em meios materiais e humanos ao nível dos SPAPI até ao momento.

“controlam as seguintes zonas: Závora, Tofo, Barra, Inhassoro e Vilanculos ..., em suma, as zonas de mar aberto, as restantes zonas é a ADMAR que controla (...); só que mesmo nas zonas sob controle dos SPAPI, eles sempre trabalham em coordenação com a ADMAR”²⁵.

Portanto, é esta última instituição que exerce um papel executivo no que concerne ao licenciamento e cobranças correspondentes, realização de vistorias às embarcações e fiscalização das artes de pesca, na baía de Morrumbene. Mas, a falta de meios humanos e materiais também por parte da ADMAR, obriga a que esta desenvolva acções no terreno com base nos secretários de pesca, que caracterizaremos o seu papel e competências mais adiante.

A DPADR é o mais alto representante do MIP na Província. Em termos concretos, esta desenvolve as suas acções via SPAPI, que são uma espécie de departamento da DPADR. Desta forma, é a sua representação ao nível distrital (DDADR) que tem competências mais claras, que se circunscrevem ao controle da produção pesqueira e à sensibilização das comunidades sobre a exploração da zona florestal (do caniço e do mangal) que faz parte do ecossistema da baía de Morrumbene. Um porta-voz da DDADR, dá-nos o seguinte ponto de situação:

“procuramos coordenar com os SPAPI em questões como: gestão das dunas costeiras, mangais, que são uma situação mista entre florestas e mar, porque é um recurso florestal mas que se encontra na água e área marítima (...) e o mangal, constitui um habitat fundamental e alimentar para os mariscos”²⁶

A Administração do Distrito de Morrumbene, constitui um actor relevante, pelo facto de ter um interesse específico no desenvolvimento do sector pesqueiro no distrito, principalmente, do camarão, por acreditar no elevado potencial como fonte de captação de receitas. Segundo o administrador local, está-se a trabalhar no sentido de se encontrar

²⁵ Entrevista com Abdulaziz Amad, Cidade de Inhambane, 15/ 04/ 02

²⁶ Entrevista com Rafael Abel, Morrumbene-Sede, 09/ 04/ 02

uma forma de coordenação com os pescadores e estabelecer-se secretariados dos pescadores ou comités de gestão pesqueira, onde ainda não existem.

Para este órgão, um dos principais constrangimentos para a pesca em geral, resume-se á ausência de meios de conservação no distrito, que se reflecte: *“...na inibição á concorrência e incentiva a venda aleatória do pescado, retirando isso a contrapartida de decisão que caberia ao pescador na marcação do preço do seu produto”*²⁷.

Este constrangimento, junta-se ao facto de não existirem no distrito lojas de venda de material de pesca, o que obriga a algumas famílias a solicitarem-nas a parentes ou amigos seus que se deslocam periodicamente à África do Sul. Só que nalguns casos compram redes inadequadas, como as redes usadas em “estufas” (em machambas / farmas).

5.3. Actores comunitários

Os actores comunitários ou simplesmente a comunidade pesqueira constituem, de longe, a categoria de actores mais vasta dentro da baía e são compostos por três segmentos principais de pescadores, nomeadamenete: os secretários de pesca, pescadores simples (detentores de uma determinada arte de pesca, com ou sem embarcação) locais e emigrantes, e pelos colectores de pequenos moluscos. Segundo Chilundo e Cau (1999), é importante que se reconheça o importante papel que as comunidades desempenharam durante gerações para o uso sustentável dos recursos naturais.

Antes de descrevermos cada uma destes segmentos, importa referir que do ponto de vista formal, a única forma de organização até então experimentada pelos pescadores locais resume-se a uma “cooperativa de pescadores”, que funcionou em finais dos anos 90. Ela teve uma origem externa que é imputada á CCA²⁸, uma ONG de origem Australiana que operou no distrito durante quase toda a década de 80²⁹. O seu objectivo principal era o de diminuir a taxa de desemprego que se mostrava alta devido ao elevado fluxo de

²⁷ Entrevista com Amiel Francisco, Morrumbene-Sede, 12/ 04/ 02

²⁸ Comunidade de Ajuda Australiana

²⁹ Segundo, o administrador do distrito, o Sr. Amiel Francisco, esta apoiava a comunidade distrital em várias frentes; agricultura, pecuária, abertura de poços, de oficinas de mecânica e nas pescas. Tendo tido o mérito na sua forma de organização e de interacção com o governo distrital e com as próprias comunidades.

“deslocados de guerra” vindos do interior. Para o administrador distrital, o seu desmembramento está ligado á ausência de uma política de base em relação á sustentabilidade do projecto, finda a actividade da CCA. no local, facto que se comprova pelas seguintes palavras.

“...pelo que quando cessa as suas funções no terreno, deixa as suas actividade com o governo distrital e as comunidades completamente despreparadas...daí o desfasamento que se assistiu e a conseqüente perda do associativismo”³⁰.

5.3.1. Os secretários

Existe um pequeno grupo de pescadores locais, que formam o núcleo dos secretários de pesca (vide: anexo IV). Segundo o director da ADMAR, a comunidade dos secretários de Morrumbene é a maior em toda a Baía de Inhambane. Grande parte dos entrevistados, reporta a sua criação aos Serviços da Capitania do Porto, em 1974. No entanto, foi no período pós-independência que eles iniciaram com a sua actividade, conforme atestam as palavras de um funcionário da ADMAR.

“Os secretários de pesca são uma iniciativa nossa (...) para que nós possamos enfrentar uma determinada área, temos que ter um secretário na zona, um natural daquele lugar e os próprios pescadores é que deverão indicar alguém de confiança para o lugar”³¹

Os secretários cabem dentro de uma estratégia que visa encontrar mecanismos de articulação com os pescadores locais, com base em recursos humanos locais e sem encargos financeiros para a ADMAR. O objectivo principal é orientar os pescadores, através da identificação de soluções para a resolução dos conflitos nos centros de pesca, comunicarem localmente sobre o calendário da veda e fiscalizar a sua implementação, sensibilizar os pescadores, controlar os pagamentos das licenças, discutirem sobre os principais problemas da centro de pesca e comunicarem-nos à ADMAR.

³⁰ Entrevista com Amiel Francisco, Morrumbene-Sede, 12/ 04/ 02

³¹ Entrevista com Abdulaziz Amad, Cidade de Inhambane, 15/ 04/ 02

O núcleo dos secretários, reúne regular e sistematicamente todas as sextas-feiras na sede que se encontra localizada na "Ponte" (que é também o local de embarque e desembarque do pessoas e bens). Uma pequena ideia da sua importância é nos suscitada pelas palavras do Sr. Ludovino Mambo³², quando afirma que:

"sem eles, nós como IIP, não seríamos capazes de trabalhar com os pescadores. Lá, o secretário recebe-nos num determinado centro pesqueiro e é ele que nos apresenta aos pescadores, portanto, trabalhámos com o seu conhecimento. Daí que quando há algum problema com os pescadores, nós apresentamos o problema ao secretário dos pescadores e só quando este não nos atende, aí levamos o assunto ao chefe dos SPAPI"

Acredita-se que o principal incentivo para que os membros da comunidade local exerçam o cargo de secretário de pesca, é o facto de beneficiarem de isenção no pagamento das taxas para a obtenção das respectivas licenças de pesca. Eles reivindicam um maior reconhecimento do seu papel, como o caso de passarem a beneficiar de um salário mensal, a concessão de uniforme de trabalho e de um bilhete de identidade especial para que estejam devidamente identificados e possam assim ficar isentos do pagamento de transporte marítimo, sempre que tiverem que deslocar-se á sede da ADMAR (Cidade de Inhambane) em missão de serviço. Essa preocupação já foi apresentada á ADMAR a alguns anos, mas ainda não houve resposta satisfatória.

No entanto, para o director dos SPAPI, o Sr. Rodolfo Macassa, o papel de controladores / fiscalizadores locais que historicamente se encontra reservado aos secretários já não se coaduna com a idade deles, porque a maioria dos seus membros encontra-se acima da casa dos 50 e alguns exercem esse cargo desde 1974.

Formas de legitimação dos Secretários

A sua criação pela ADMAR tinha como fim servir os seus próprios interesses e o critério exigido para a sua selecção foi a capacidade e o conhecimento pelo pescador da área de

³² Chefe da delegação do IIP, que funciona na sede dos SPAPI. Esta delegação, tem como vocação recolher dados biológicos e sócio-económicos em vários pontos da Baía de Inhambane, incluindo Morrumbene

pesca. Contudo, a escolha é feita pela própria comunidade pesqueira, em reuniões marcadas com esse objectivo. Assim: “*para a escolha dos secretários, marca-se o dia, a data e o local...nesse dia, aproveita-se também para se fazer a cobrança das licenças*”³³. Feita a escolha, a legitimação cabe á instituição de tutela.

Não existe um procedimento sistemático e regular para a escolha dos secretários e por consequência, este cargo tem um carácter vitalício. E o indivíduo eleito só pode deixar de exercer o seu cargo dependendo da sua vontade ou do grau de satisfação da ADMAR em virtude do trabalho desenvolvido pelo secretário.

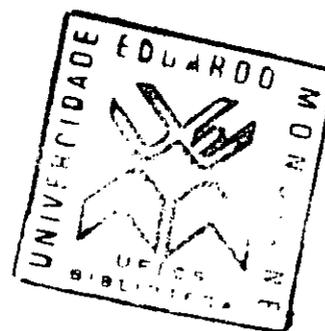
Existe um certo distanciamento entre o papel exercido pelos secretários e o resto da comunidade pesqueira, por dois motivos principais. Primeiro, a percepção pela comunidade de que as acções desenvolvidas pelos primeiros limitam-se a um trabalho de policiamento, como a identificação de prováveis infractores (utilizadores de artes inadequadas, violadores da veda) e a cobrança de licenças. Uma explicação preliminar sobre esta forma de actuação dos secretários, pode ser encontrada se olharmos para o regime político prevalecente no período da sua criação, que era fundamentalmente um regime centralizador, baseado num modelo decisório “top-down”, em que as elites desempenhavam um papel determinante (Robinson, 1997; Negrão, 2001). Portanto, esta estrutura dos secretários deveria necessariamente corresponder á lógica prevalecente.

Foi possível observar que os secretários não têm a autoridade moral desejada para também poderem exercer a função de sensibilizadores, porque a comunidade os vê como defensores de interesses alheios, autênticos polícias e algumas vezes como violadores das normas estabelecidas.

5.3.2. Pescadores (locais e imigrantes)

Colocamos neste grupo, todos aqueles que usam uma determinada arte ou sistema de pesca, cujo destino normal do produto é o autoconsumo e / ou venda. Dissemos anteriormente que os pescadores locais articulam um vasto sistema de pesca, constituindo

³³ Entrevista com Abdulaziz Amad, Cidade de Inhambane, 15/ 04/ 02



segmentos ou sub-grupos de pescadores compostos por artes de pesca.

Neste contexto, os pescadores imigrantes desempenham também um papel importante na pesca do camarão, porque durante a época alta do camarão eles vêm para o local com os seus barcos e redes, permanecendo entre três dias a uma semana no local de cada vez que vêm. Eles pescam e vendem o seu produto no local e só depois é que voltam ao seu local de origem. Na óptica de Chilundo e Cau (1999), este aspecto acontece porque o camarão é um recurso de acesso livre, aquele em que o uso está aberto a todos devido à inexistência de direitos de propriedade, isto é, o recurso não tem proprietário ou os direitos de propriedade não estão claramente definidos. Mas existe um mecanismo local de controle da movimentação dos pescadores “forasteiros” que consiste na obrigação de se apresentarem aos secretários de pesca locais sempre que chegam ao local.

Normalmente, os que se deslocam de outros locais distantes para pescarem em Morrumbene são os da Maxixe e Chicuque. Os nossos informantes são unânimes em afirmar que não há conflitos ou qualquer forma de disputa entre os “forasteiros” e os locais, porque a percepção dos actores em geral é de que todos pertencem à mesma baía, isto é, a baía de Inhambane. Portanto, a percepção é de que é legítimo que os “forasteiros” possam pescar em Morrumbene. Este facto, contrasta com a situação que se verifica em Nhaduga³⁴.

5.3.3. Revendedores e colectores de pequenos moluscoss

Esta categoria é quase que na totalidade constituída por mulheres. As revendedoras, formam um grupo importante porque são elas que em grande maioria compram o peixe no ponto de desembarque e o colocam à disposição das vendedoras do mercado local ou que levam o produto a outros locais mais distantes para revenda.

O segmento composto pelas colectoras de amêijoas, abarca adultas e crianças (vide: anexo V). A maioria reside nas redondezas da baía e são esposas dos pescadores, excepto nalguns poucos casos em que os maridos são trabalhadores emigrantes na República da

³⁴ Trata-se de um centro de pesca importante em que também se reproduz o camarão dentro da Baía de Inhambane

África do Sul; outras, vêm mesmo das zonas um pouco mais para o interior e o destino do produto é o consumo e a venda (dependendo da quantidade colectada). Por exemplo, há quem afirma que *“eu quando venho aqui com a minha filha, é para arranjar caril...mas, quando apanhamos muita amêijoa aproveitamos para vender um bocadinho”*³⁵

5.4. Os Privados

Por último, identificamos uma classe empresarial muito pouco desenvolvida. Na verdade, durante a estadia no terreno, só foi possível apurar a existência de um único indivíduo que explora a actividade pesqueira em moldes empresariais. Este indivíduo é natural de Tete e estabeleceu-se em definitivo no local em 1997. Começou como um simples revendedor de camarão (de e para Maputo) e hoje é proprietário de dois barcos, uma rede e de um pequeno posto de armazenamento de pescado junto á ponte, local onde instalou um frigorífico para o armazenamento do pescado, apesar de a energia somente ser fornecida durante cinco horas diárias durante o meio de semana e sete horas de tempo ao fim de semana.

No entanto, podemos identificar um grupo pequeno de pescadores, que não ultrapassa as dez pessoas, que podem ser inclusos nesta categoria. Esse grupo é caracterizado por possuir barcos de pesca (entre lanchas e chatas – alguns têm entre dois a três barcos). Na sua maioria são indivíduos com idades superiores aos 50 anos e não se envolvem directamente na pesca e vivem das taxas que cobram pelo aluguer do barco, ou pelos acessórios de pesca que possuem, responsabilizando-se os próprios pescadores pela venda do seu produto. Cada barco possui um responsável que presta contas ao proprietário, finda a actividade diária.

³⁵ Entrevista com Rachel Lissave, Jogó, 18/ 04/ 02

Em síntese, são várias as instituições formais com responsabilidades pela gestão sustentável dos recursos no local, nomeadamente: A DPADR, a DDADR, a ADMAR, os SPAPI e a Administração do Distrito. Cabendo um papel mais activo á ADMAR. Dentre todos os actores comunitários (secretários de pesca, pescadores locais e imigrantes, revendedores, colectores de amêijoa), é a instituição formada pelos secretários de pesca que desempenha um papel importante na preservação dos recursos pesqueiros, embora, não tenham a legitimidade moral necessária, por vários motivos apontados. Existe a presença de pescadores imigrantes que apenas aparecem durante a época alta do camarão (de Janeiro a Março), possuindo uma dinâmica "sui generis". O sector empresarial é ainda pouco desenvolvida e debate-se com o problema da conservação dos produtos capturados, devido á restrições no fornecimento de energia eléctrica.

VI. PRÁTICAS ADOPTADAS NA GESTÃO DOS RECURSOS PESQUEIROS

6.1. Cerimónias ligadas às pescas

Foi-nos possível constatar a existência de práticas mágico-religiosas no terreno que, no entanto, são de carácter meramente familiar. O que acontecia é que quando o régulo realizava cerimónias para o regulado ou para uma determinada família, abarcava também o mar (pesca), por se tratar de um aspecto relativo ao “modus vivendi” da própria comunidade. Em geral, estas resumiam-se à uma petição de sorte e protecção aos espíritos dos antepassados para o aspirante a pescador, principalmente contra os acidentes.

Contudo, a crença nos mitos e tabus, consequentemente nas instâncias tradicionais influenciava em algumas práticas mágico-religiosas desenvolvidas pela comunidade pesqueira da época. Por exemplo, era comum os pescadores de gamboa e de arrasto, levarem o seu primeiro pescado ao régulo de modo a que este o apresentasse aos defuntos, que deste modo lhes dariam mais sorte nas pescarias seguintes; os gamboeiros tinham como hábito a realização de cerimónias nos locais onde iriam montar as suas armadilhas de modo que os defuntos lhes acompanhassem durante as suas deslocações ao mar dando-lhes protecção e sorte. Assim, quando os pescadores apanhassem um peixe grande ou considerado de grande valor, cortava-se alguns pedaços dele ou simplesmente a cabeça do peixe para oferecer ao régulo.

Presentemente, a prática mais comum referenciada é uma “cerimónia de comensalidade”³⁶ relativa aos gamboeiros. Em que o proprietário de uma gamboa pede ajuda aos membros da comunidade para ajudarem a montar a sua gamboa, finda a missão deslocam-se á casa daquele para se deliciarem com uma refeição festiva, acompanhada de bebida alcoólica tradicional.

³⁶ Este termo não é do autor deste trabalho e designa “o encontro ou convívio entre um grupo de indivíduos unidos, normalmente, por laços de familiaridade, vizinhança ou outros, cujo o pretexto principal é uma refeição conjunta”.

Desta forma, embora não se possa estabelecer uma estreita relação entre estas cerimónias e a conservação dos recursos, não se pode ignorar que elas tivessem um contributo favorável á conservação, porque as comunidades têm a sua forma de explicar o mundo, baseado em ritos e mitos transmitidos de geração em geração e encontram formas de utilização sustentável dos recursos (Dava, 1998).

6.2. Mecanismos de conservação

Vários são os mecanismos de conservação accionados tanto pelos actores institucionais como pelos actores comunitários para a conservação dos recursos, fundamentalmente: a prática da veda, a sensibilização das comunidades e o banimento de artes nocivas á preservação dos recursos.

6.2.1. A veda

Num passado recente os pescadores não tinham necessidade de recorrer á veda, porque segundo Miguel Filimone³⁷, o número de pescadores era bastante reduzido em relação ao actual. Mesmo assim, as primeiras formas de implementação da veda, consistiram na determinação pelos pescadores de alguns períodos breves (entre 2 a 3 meses apenas), em que não se deveria pescar numa determinada zona, previamente acordada. Essa escolha não era aleatória, uma vez que deveria necessariamente corresponder a uma zona de reprodução do camarão. Na verdade, a comunidade foi-se apercebendo de que o camarão possuía um ciclo de reprodução que deveria ser respeitado caso não quisessem pôr em risco a continuidade da espécie no local. Nas palavras de Brito (1995), esta situação não é surpreendente, porque as comunidades possuem a sua própria forma de conhecimento e podem manejar matas comunitárias para o consumo próprio ou comercial, através de mecanismos vários.

Recursos e artes abrangidos pela veda

De entre todos os recursos existentes, esta só abrange o camarão e todas as artes de pesca,

³⁷ Régulo local (Morrumbene-Cocane)

excepto a gamboa e a tarrafa, ao nível das artes de pesca. Não abrange a gamboa porque: *"...trata-se de uma pesca fixa em que o peixe entra no cercado dependendo das marés, enquanto que com as redes anda-se à procura do pescado"*³⁸. Para além de que a sua estrutura de caniço normalmente, apodrece em menos de uma semana. No caso da tarrafa, considera-se que a sua malhagem é grossa e deixa escapar o camarão pequeno, não colocando em perigo a espécie (camarão). Por exemplo, há quem afirma que: *"com a tarrafa de duas pessoas pode-se pescar, porque a pessoa não entra naquelas covas onde se reproduz o camarão"*³⁹. Estas artes estão fundamentalmente ligadas à pesca de subsistência. A pesca a linha não é abrangida, porque simplesmente o camarão não é capturado com esta arte.

Formas de tomada de decisão em relação à veda

A comunidade perdeu a prerrogativa de determinar quando implementar a veda, podendo apenas indicar os locais específicos a serem vedados, bem como determinar a sua dimensão temporal nesses locais (se é permanente ou não). Actualmente, ela obedece a um calendário prescrito pelas instituições de tutela, a ADMAR e os SPAPI, o que traz a seguinte consequência:

*"... a pesca está aberta durante um certo período, se apanha ou não apanha já não é problema nosso, quando chegamos ao final do mês de Junho, por mais que o pescado seja abundante deve haver protecção"*⁴⁰.

Portanto, através dos secretários de pesca, a comunidade experimenta, de facto, algum poder para decidir sobre algumas variações na forma de se implementar a veda nalguns lugares específicos, principalmente em Jogó. Contudo, o poder ou a força coerciva legal de que se revestem as instituições dá-lhes um peso de longe maior na sua interacção com a comunidade pesqueira.

Esta questão pode ser enquadrada no debate que é feito por Matakala (1998) sobre o

³⁸ Entrevista com Lucas Massade, Morrumbene-Ponte, 10/ 04/ 02

³⁹ Entrevista com José Bastos, Morrumbene-Mongué, 08/ 04/ 02

⁴⁰ Entrevista com Abdulaziz Amad, Cidade de Inhambane, 15/ 04/ 02

conceito de participação que é vulgarmente usado no maneio comunitário dos recursos naturais, enfatizando que é importante que os praticantes pensem em termos de redistribuição de autoridade de decisão do nível central para o local. Citando Parenteou (1988), refere-se ainda à existência de vários níveis de participação pública, que numa ordem crescente podem variar desde a simples informação de uma decisão já tomada, persuasão, consulta, cooperação e controle. E pelo que se pode deduzir neste ponto, o poder de que a comunidade dispõe situa-se de facto entre o da simples informação e o da persuasão. Portanto, os níveis mais baixos são aqueles em que indivíduos detêm um controle bastante reduzido em relação a uma determinada decisão, em interacção com outros actores com poderes e influências diferentes.

Por conseguinte, a veda apresenta actualmente a seguinte periodicidade: uma época aberta á pesca do camarão, que vai de Dezembro até ao último dia do mês de Junho e uma época fechada, que vai de 1 de Julho até Dezembro. Mesmo que haja consenso em relação ao dia em que inicia a veda, o mesmo já não acontece em relação ao dia ou mês de seu encerramento. Assim, embora o mês de Dezembro seja aquele em que quase sempre assiste-se ao seu encerramento, os dias raramente coincidem porque, segundo a ADMAR, é preciso primeiro que se faça a medição do camarão de modo a que se tenha a certeza de que o mesmo é capturado na altura correcta. Por vezes o mês também pode não coincidir, tendo sido esse o caso na baía de Morrumbene nesta última época, onde segundo o director da ADMAR, só se verificou o encerramento da mesma a 3 de Janeiro do ano corrente. No entanto, nas palavras de um outro entrevistado a abertura da época do camarão no mês de Dezembro tem a ver com o facto de quando este atinge proporções maiores emigra para o alto-mar, onde é mais difícil de ser capturado e acrescenta que: *"Uma experiência já foi realizada em Khobane, do lado da Cidade de Inhambane (...) e porque se atrasou a abrir a época, o resultado é que o camarão emigrou para o alto-mar"*⁴¹.

6.2.2. Banimento de artes nocivas á pesca

O IDPPE (2001), considera que o uso de artes nocivas é um dos elementos da pesca

⁴¹ Entrevista com Carlos Damião, Morrumbene-Ponte, 10/ 04/ 02

ilegal em Moçambique. Dando o seguinte exemplo:

“o saco mosquiteiro é mais frequente no banco de Sofala onde abundam espécies pelágicas (...) situação agravada pelo facto de estas artes serem usadas mesmo em locais de desova ou de reprodução das espécies (ex.: estuários)”

Este facto, constitui uma realidade na baía de Morrumbene (Jogó), possuindo uma dimensão mais preocupante, por se pescar o camarão 24 sobre 24 horas ao dia. Desta forma, a ADMAR delegou poderes aos secretários para tentarem controlar os desmandos que se verificam. Poder esse que contém uma cobertura legal, uma vez que o artigo 19 do Regulamento de pesca marítima especifica a proibição do uso de artes de malhagem inadequada.

6.2.3. A Sensibilização das Comunidades

A DDADR, é aquela instituição que tem procurado realizar um trabalho de sensibilização junto a comunidade. Contudo, esse trabalho não é abrangente, porque limita-se apenas aos exploradores de mangal e de caniço. Esse trabalho consiste na sensibilização sobre quais os períodos em que se deve explorar o caniço e o mangal e como fazê-lo, para que se resolva o problema do abate indiscriminado do caniço e da exploração ilegal do mangal. Soluções, que até aqui se mostraram ineficazes, segundo as palavras de Rafael Abel. É que apesar de a lei prever a emissão da respectiva licença para a concessão do direito de exploração ao interessado, através da DPADR, a maioria das pessoas não segue os procedimentos regulamentados. As principais causas dessa situação são o sobre-povoamento da região que se registou desde o período da intensificação da guerra civil e ao facto de na sua maioria tratar-se de população pobre e desprovida de recursos para o auto-sustento.

Em síntese, pode-se dizer que são vários os mecanismos de conservação dos recursos accionados pelos actores locais, desde o banimento de artes nocivas, a sensibilização das comunidades sobre práticas aceitáveis e a implementação da veda. A veda constitui o principal mecanismo de conservação e abrange apenas o camarão e as seguintes artes: arrasto, cerco e rede de emalhar. No entanto, se as primeiras formas da veda eram de iniciativa da própria comunidade, actualmente, esta é decretada administrativamente pela ADMAR..

VII. PRINCIPAIS CONFLITOS E FORMAS DE RESOLUÇÃO

Foi possível identificar a existência de dois tipos de conflitos, distribuindo-se cada um deles em várias categorias. O primeiro tipo de conflito é o que opõe as comunidades com as instruções formais de tutela e o segundo, é aquele que opõem diferentes segmentos dentro da própria comunidade pesqueira. Na óptica de Ruddle, Gadgil, Iyer e Berkes (1989), há sempre constrangimentos culturais e institucionais derivados de interesses individuais que põem em causa o interesse colectivo.

7.1. Comunidades versus Instituições

O primeiro tipo de conflito, comporta duas categorias principais. Sendo a primeira aquela que envolve as instituições de tutela sobre a pesca artesanal (ADMAR e SPAPI) e a comunidade. O conflito em si manifesta-se pela falta da observância de algumas normas por parte dos pescadores, principalmente a falta do pagamento das taxas para a concessão ou renovação das licenças de pesca. Essa situação foi agravada este ano pela subida excessiva das licenças, acima dos 100 %, atingindo os 1000 % para o caso da canoa (vide tabela abaixo).

A segunda categoria, opõe a DDADR de Morrumbene e as comunidades. E resulta fundamentalmente do facto de determinados segmentos da comunidade fazerem a exploração do caniço em excesso e normalmente fora da época e procederem ao abate indiscriminado do mangal. Essa actividade é encarada pela DDADR como estando a contribuir para a destruição da zona tampão entre as águas salobras da baía e a água doce dos rios que formam o estuário, contribuindo assim para a alteração do ecossistema local. Há também o problema das machambas que são feitas nas dunas costeiras á volta da baía, tendo como consequência a erosão desses mesmos terrenos no tempo das chuvas, devido à inconsistência dos solos, o que constitui um problema porque a areia que se precipita para o mar fixa-se sobre os buracos onde o camarão se reproduz.

Tabela II – Agravamento de licenças da Pesca artesanal (Baía de Inhambane)

Artes	Taxas anteriores	Taxas actualizadas	Aumento em Percentagem
Barco com rede de arrasto	177.500, 00 Mt	884.440, 00 Mt	148 %
Barco com rede de emalhar	87.500, 00 Mt	290.940, 00 Mt	333 %
Canoa	5.000, 00 Mt	51.000, 00Mt	1020 %
Gamboa	51.140, 00 Mt	85.000, 00 Mt	166 %
Tarrafa	30.500, 00 Mt	74.000, 00 Mt	243 %
Gaiolas	55.252, 00 Mt	101.000, 00 Mt	193 %
Pesca a linha com barco ou chata	175.940, 00 Mt	316.440, 00 Mt	180 %
Pesca de linha individual	28.500, 00Mt	101.000, 00 Mt	354 %

Fonte: Tabela adaptada (á partir de dados colhidos na sede da ADMAR – Cidade de Inhambane)

7.2. Entre diferentes segmentos de Pescadores

No que concerne aos conflitos dentro da própria comunidade, estes também dividem-se em duas categorias. O primeiro, refere-se aos utentes das mesmas artes, envolvendo dois grupos principais: o dos gamboeiros e o dos que usam barcos com redes de arrasto. É o segundo, referente aos utentes de diferentes artes de pesca, onde foi possível distinguir diferentes agrupamentos: i) o conflito entre os utentes de diferentes tipos de redes (normalmente com recurso a embarcações como lanchas ou chatas); ii) entre os gamboeiros e o tarrafeiros, e; iii) entre gamboeiros e os utentes das redes de emalhar. Estes conflitos dentro da comunidade apresentam um aspecto em comum, que é a disputa de zonas ricas em pescado, que por sinal variam em função das correntes marítimas dentro do canal da baía.

Entre os utentes da mesma arte, destacam-se em primeiro lugar aqueles que usam a gamboa como arte de pesca. Por exemplo, é comum haver disputa de espaço para a colocação de gamboas. O argumento principal, por parte dos anteriores ocupantes em

oposição aos novos pretendentes, cinge-se ao facto de terem herdado o espaço que actualmente ocupam por via consanguínea; mas, por vezes estes mesmos indivíduos quando verificam que as correntes marítimas num determinado período favorecem a predominância do pescado em outras zonas próximas das suas mudam ligeiramente de lugar com base no mesmo argumento, o que provoca desentendimentos com os outros pescadores. No que diz respeito a aqueles que usam redes de arrasto com recurso a embarcações, considera-se ser frequente que um grupo que se considera mais forte, lance a sua rede em frente de outro que já se encontrava ali a pescar. Este tipo de situação é mais frequente na época alta do camarão, envolvendo mesmo o recurso á pancadaria algumas vezes.

Neste grupo, a última categoria é aquela que é constituída pelos pescadores que usam diferentes artes de pesca. O conflito entre gamboeiros e tarrafeiros, que segundo os locais são os grupos maioritários dentro da baía, é bastante comum na zona, uma vez que é frequente os tarrafeiros pescarem mesmo á boca das gamboas, impedindo a entrada do pescado naquelas. Num outro conjunto de conflitos, os gamboeiros acusam frequentemente os utentes das redes de amalhar de fazerem rasgões nas suas gamboas, destruindo-as deste modo, de maneira a que o pescado que lá se encontra escape e esteja á sua mercê. Por fim, depara-se com os conflitos protagonizados pelos utentes de diferentes tipos de redes (redes de arrasto e de amalhar), em que os últimos andam por detrás dos primeiros, para apanharem o peixe que se vai escapando da ofensiva dos primeiros.

7.3. Mecanismos de Resolução

Uma vez que a própria dinâmica, leva a que os conflitos envolvam tanto actores institucionais, como comunitários, foi-nos possível identificar um conjunto de acções que são empreendidas por cada um dos actores de modo a dar vazão aos mesmos. Contudo, há um maior predomínio de acções que envolvem ambas as partes.

Por conseguinte, existe uma pequena estrutura em cada principal área de pesca

denominada célula, que é formada pelo secretário de pesca dessa área e o seu adjunto, e um miliciano (no caso de Jogó). De uma maneira geral, o secretariado tem ao nível local o poder de julgar e ditar sentenças. Por exemplo, no caso de conflitos bastante frequentes, como aqueles que envolvem a guerra de espaço entre gamboeiros, os membros do secretariado têm como pressuposto respeitar em primeiro lugar o indivíduo que detém o direito de exploração por herança, e fazem a contagem para verem se a sua gamboa atinge pelo menos 100 metros de comprimento de lado, e só depois o que sobra é que é cedido ao outro pretendente do mesmo espaço. No entanto, talvez devido ao facto de os secretários exercerem as suas funções por delegação de funções por parte da ADMAR, algumas soluções adoptadas tendem a ser de carácter coercivo. Neste sentido, nos casos em que eles identificam um indivíduo a pescar com uma rede imprópria (de malhagem proibida), ela é apreendida e queimada; e nos casos em que se detecta alguém sem que tenha pago a sua licença de pesca, o visado é levado com a sua rede para a sede da associação e se não aceitar pagar a taxa, prende-se a rede até que esse mesmo indivíduo proceda ao pagamento, e se não o fizer a rede é entregue á ADMAR, como instituição competente acima deles. E para o caso dos portadores de gamboa e que não aceitam pagar a respectiva taxa, a pena máxima é a destruição da respectiva gamboa.

Neste contexto, a intervenção por parte da ADMAR sendo de carácter meramente coercivo, normalmente acontece no sentido de salvaguardar a sua vocação de fiscalizador, intervindo principalmente no sentido de sancionar os que não pagam as suas licenças de pesca, através da aplicação de multas e/ou apreensão dos meios de pesca dos visados (violadores das normas). Muitas vezes, a sua acção só acontece após o recurso feito por parte do secretariado dos pescadores, nos casos em que se sentem impotentes para resolvê-los.

De uma maneira geral, um dos principais impeditivos apontados pelas instituições para que não possam assumir um papel de relevo no desenho de soluções para os conflitos acima apontados, é peso significativo dos “factores culturais”, como o caso do espaço para a construção da gamboa, que é transmitido de geração para geração. Daí que os

representantes dessas instituições sejam unânimes em defender que as soluções mais eficientes no sentido de colmatá-los, passam por um maior envolvimento da comunidade, via organização dos pescadores em associação. É necessário, no entanto, lembrar que mesmo que o argumento fosse outro, enquanto as instituições se debaterem com a falta de meios humanos e materiais dificilmente terão um papel mais activo na gestão dos recursos pesqueiros na zona.

Em síntese, pode-se apontar que existem dois tipos principais de conflitos, o primeiro opõe a comunidade pesqueira e as instituições de tutela (principalmente a ADMAR) e o segundo, os pescadores entre si, concretamente entre os utilizadores da mesma arte e entre utilizadores de diferentes artes. Várias formas de resolução dos mesmos são desenvolvidas pelas duas categorias acima mencionadas. Em geral, elas têm um carácter coercivo e visam salvaguardar os papéis reservados a cada um desses actores .

VIII. CONCLUSÕES

Depois de realizada a pesquisa referente á Participação Comunitária na Gestão dos Recursos Pesqueiros em Morrumbene, em que foram adoptadas duas perspectivas: uma enfatizando os actores formais, com responsabilidades administrativas e executivas e a outra, os actores comunitários, aqueles que manuseiam directamente os recursos, ao que se chegou ás seguintes conclusões:

A confrontação dos resultados de campo, confirma a hipótese de trabalho. Uma vez que existe uma interacção bastante reduzida entre: i) os actores formais locais (que se baseia nas prerrogativas legais de que dispõem) e a comunidade pesqueira, e; ii) os diferentes segmentos de pescadores que compõem a comunidade pesqueira. No entanto, não se pode considerar que o uso de práticas nefastas pela comunidade na gestão dos recursos pesqueiros, está estritamente relacionada com a sua situação sócio-económica precária, pelo que é importante analisar outros pistas que esperamos tenham sido suscitadas pelo presente estudo.

Na baía de Morrumbene, capturam-se as mais variadas espécies de peixes, moluscos e invertebrados marinhos. Contudo, o mais importante em termos comerciais é o camarão, possuindo um vasto mercado e elevado potencial de desenvolvimento.

Os dados observados e a análise da informação, não provam que haja uma estrita relação entre o uso de práticas nefastas na gestão dos recursos pesqueiros e a situação sócio-económicas das famílias, porque as autoridades formais são unânimes em apontar como razões desse facto a ausência de lojas de venda de material de pesca no distrito, havendo casos em que redes para "estufa" usadas são trazidas da África do Sul, por algum familiar do pescador.

Nesta baía, interagem três grandes categorias de actores: a comunidade pesqueira (constituída pelos secretários de pesca, pescadores simples locais e emigrantes, e pelos colectores de pequenos moluscos), os actores institucionais com tutela directa ou

indirecta sobre o sector e o sector privado. A comunidade pesqueira em parceria com as instituições com tutela directa, são aquelas que jogam um papel determinante dentro do actual sistema de gestão. Cabe ao sector privado um papel menos determinante, quase proporcional á sua fraca presença no distrito.

Os actores formais com prerrogativas legais na gestão dos recursos locais são a ADMAR, os SPAPI, a Administração do distrito de Morrumbene, a DDADR e a DPADR, de entre os quais o papel mais activo é reservado à ADMAR, devido á presente fraca capacidade em meios materiais e humanos, notificada pelos SPAPI.

O papel desempenhado pelos secretários tem sido determinante na contenção dos casos de violação e na resolução de conflitos locais. Contudo, há alguns aspectos que concorrem negativamente para a sua imagem, nomeadamente:

- O facto de serem vistos como “policías da ADMAR”;
- O facto de serem também vistos como violadores das normas, e;
- E o carácter vitalício do cargo que exercem.

São accionados vários mecanismos para a conservação dos recursos no local, nomeadamente: o banimento de artes nocivas aos recursos, a sensibilização das comunidades em vários aspectos relacionados com a preservação dos recursos e a implementação da veda. De entre estes a veda constitui o principal mecanismo. O período da veda e é regulado administrativamente, cobrindo os meses entre Julho e meados de Dezembro de cada ano. Esta, abrange apenas o camarão. As principais artes abrangidas são o cerco, o arrasto e o emalhe, sendo livre para a gamboa, a tarrafa e a linha.

Dentro de actual sistema de gestão, as comunidades não têm o poder de fazer valer os seus interesses, face ás instituições formais, com as quais interagem. Esta situação é agravada pelo facto de os representantes dos pescadores, os secretários de pesca, não terem a autoridade moral desejada a ponto de serem considerados como interlocutores legítimos da comunidade pesqueira em geral.

Constatou-se no terreno existirem dois tipos principais de conflitos, que se manifestam simultaneamente em diferentes categorias. Sendo o primeiro, aquele que opõe as comunidades às instituições por causa do pagamento das taxas e o segundo aquele que opõe diferentes segmentos dos pescadores entre si, dentro da comunidade principalmente por causa da disputa de espaços (no caso da gamboa) e de áreas de pesca (para outras artes).

Regra geral as soluções adoptadas pelas instituições de tutela são de carácter coercivo, ainda que por vezes se procure sensibilizar a comunidade sobre a necessidade da conservação dos recursos pesqueiros. Os secretários de pesca, sendo uma extensão local da ADMAR, variadas vezes recorrem também a esses métodos, ainda que nalguns casos privilegiem soluções pacíficas.

A falta de meios materiais e humanos concorre para uma fraca presença e papel menos activo das instituições de tutela no local. Sendo sintomática a ausência do IDPPE, por ser aquela instituição vocacionada á implementação de estratégias estritamente viradas ao desenvolvimento do sector da pesca artesanal.

A presente pesquisa não esgotou o tema, nem era essa a pretensão. Mais do que "conclusões definitivas", o trabalho abriu sobretudo linhas de pesquisa para serem desenvolvidas no futuro de forma a aprofundar a abordagem da gestão comunitária dos recursos pesqueiros em toda a sua multidimensionalidade. Nesse contexto sugerimos o prosseguimento da pesquisa na zona sobre as seguintes temáticas:

- Estudo Biológico sobre o Ciclo de Reprodução dos Recursos Pesqueiros;
- O Impacto da Pesca Ilegal sobre as Zonas de Reprodução do Camarão;
- Análise dos Sistemas de Produção Locais e das Lógicas Económicas e sociais das Famílias Rurais.

ANEXO I

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ACNUR/ PNUD. *Perfil de Desenvolvimento Distrital: Distrito de Morrumbene (Inhambane)*. Maputo. 1997
- BERKES, Filkret (ed.) *Common property Resources: Ecology and Community Based Sustainable development*. London: Belhaven Press. 1998
- BRUCE, Jonh, et al. *Tenure Constraints and opportunities in natural resources management in the Gambia*. LTC-University of Wisconsin. November. 1990
- *Management*. Proposal for GTZ – Sector Project: Relevant of Land Tenure Development for Developing Countries Division. 1995
- CAREW-REID, Jeremy et al. *Strategies for Natural Resources Developmentt: A Handbook for their planning and Implementation*. Earthscan Publications: London. 1994
- CHILUNDO, A. G. & CAU B. *Formas Tradicionais de Propriedade Comum de Recursos Naturais do Sul de Moçambique: Uma Contribuição Para o Seu Estudo*. UEM / NET. 1999
- Comissão Nacional do Meio Ambiente. *Programa Nacional de Gestão Ambiental-Documento do Projecto*. 1ª fase/NEMPI
- CONCEIÇÃO, Rafael. *Resolução de Conflitos nas Comunidades de pescadores da zona de Angoche/Moma, Província de Nampula: um estudo de caso*. In SANTOS, B. S. & TRINDADE, J.C. *Conflito e Transformação Social: Uma paisagem de justiças em Moçambique*. Maputo/Coimbra: CEA/CES. 2000. vol.4
- Do AMARAL, Wanda (comp). *Guia para a apresentação de teses, dissertações, trabalhos de graduação*. 2ª Edição, Livraria Universitária, UEM. 1999
- DEMO, Pedro. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. 3 ed. S. Paulo: ATLAS. 1995. 293 p.
- DNFFB / FAO / UICN. *Comunidades e Maneio de Recursos Naturais*. Memórias da 1ª Conferência Sobre o Maneio Comunitário dos Recursos Naturais. Maputo, Moçambique. Novembro, 1998
- GALJART, Benno & BUIJS, Dieke (Eds). *Participation of the Poor in Development: Contributions to a seminary*. Institute of Social and Cultural Studies: University of Leiden. 1982
- GIL, António carlos. *Como Elaborar Projectos de Pesquisa*. 3ª Ed. Editora Atlas: São Paulo. 1996
- Encyclopedia Britannica. *Enciclopédia Mirador Internacional do Brasil*. Publicações Ltda: Brasil. 1981
- FAO. *The Partipatory Process for Supporting Collaborative Management of Natural Resources: an Overview*. 1999



- FISHER et al. *Guia de campo das espécies comerciais marinhas e das águas salobras de Moçambique*. IIP. Projecto PNUD/ FAO – MOZ/ 86/ 030, NORAD. Roma, FAO. 424 p. 1990
- GERVÁSIO, Horácio F. *A Estrutura do Sector das Pescas em Moçambique*. UEM/ FAEF (Curso de Mestrado em Desenvolvimento Agrário). Outubro, 2001
- GERVÁSIO, Horácio F. & GRAÇA, Florence B. *Análise Comparativa de Experiências de Co-Gestão: Moçambique e Malawi*. 2000
- HARDIN, Garret. *The Tragedy of the Commons*. Science, 162: 1243-48. NET, 1969
- HETTNE, Bjorn. *Development Theory and Three Worlds*. John Wiley & Sons: New York, 1990
- LOFORTE, Ana. *Gestão e manejo de recursos marinhos num contexto de conflitos: o caso da Ilha de Moçambiques*. In: SANTOS, B.S. & TRINDADE, J.C. *Conflito e transformação Social: Uma paisagem de justiças em Moçambique*. Maputo/Coimbra: CEA/CES, 2000. vol.4, Cap.24
- MACUCULE, Alberto e ISSUFO, Alima. *Necessidades de Investigação em manejo comunitário de florestas e fauna bravia*. Maputo: DNFFB-MADER, 2001. Projecto FAO GCP/MOZ/056/NET. 83 p.
- MADER. DNFFB – UMC. *Lições Sobre o Envolvimento das Comunidades na Gestão de Recursos Naturais em Moçambique*. Nota Informativa nº 2. Maputo, Maio, 1998
- MALOKA, Eddy e LE ROUX, Elizabeth. *Africa in the new millennium: Challenges and Prospects*. Africa Institute of South Africa, Pretoria, 2001
- MATAKALA, P. *Guião para trabalhadores de campo e investigadores de manejo comunitário*. UMC-DNFFB. Nota Técnica nº 1. 10 p. Maputo, Maio, 1998
- MATAKALA, P. & MUSHOVE, P.T. *Arranjos institucionais para o manejo comunitário dos Recursos Naturais (MCRN): Perfis e análise de 42 iniciáticas de MCRN em Moçambique*. DNFFB-MADER, 2001. Projecto FAO GCP/MOZ/056/NET. 136 p.
- MATSIMBE, Zefanias. *A Participação da Comunidade na Gestão dos recursos Naturais: O caso do posto Administrativo da Praia do Bilene*. Maputo, 2000. 39 p. Tese, Licenciatura, UFICS- UEM, 2000
- MAWAI, Belmiro. *Participação comunitaria na Gestão de Recursos Naturais Pesqueiros: O Acesso e manejo do mexilhão no Distrito de zavalala*. 2001, 35 p. Tese, Licenciatura, UFICS- UEM, 2001
- MENESES, Mª P. *Os "outros" e "Nós": a questão do acesso, uso e gestão dos recursos naturais em Licuáti*. In: SANTOS, B.S. & TRINDADE, J. C. *Conflito e transformação Social : Uma paisagem de justiças em Moçambique*. Maputo/Coimbra: CEA/CES, 2000. vol.4, Cap.23
- MYERS e WEST. *Land Tenure Security and State Farm Divestiture in Mozambique: Case Studies in Nhamatanda , Manica and Montepuez Districts*. L. T. C. – University of Wisconsin Madison. Wisconsin., 1993
- NEGRÃO, José. *Sector Familiar: Adjuição do tempo de trabalho e processos de tomada de decisões na família rural africana*. Extra nº 14, Jan/Abr. NET, 1994.
- NEGRÃO, José et al. *A Participação das Comunidades na Gestão dos Recursos Naturais*. Relatório Final. Maputo. Projecto COMRES-GTA / MICOA. 173 p. 1995
- NEW BOOKS. *Multilingual dictionary of fish and fish products: OECD*. Fishing New Books.

Oxford. 1990

- POTTIER, Johan (Ed.). *Practicing Development: Social Sciences Perspectives*, Routledge: London and New York, 1993
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc V. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 1ª ed. Gradiva: Lisboa, 1992
- RICHARDSON, Roberto J. et al. *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. 3ª Ed. Editora Atlas: São Paulo, 1999
- ROBINSON, Mark. *Democracy, participation and public policy: The politics of institutional design* (chapter 5). P. 151-186. 1997
- THUMASI, P. A. *Social Research in Rural Communities*. Ghana University Press: Accra, Ghana. 1986
- VALA, Jorge e MONTEIRO, Mª B. *Psicologia Social*. 3ª ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. 1997. 479 p.
- 18. Maputo. 1998
- VERGARA, Sylvia C. *Projectos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. 2ª ed: ATLAS S. Paulo, 1998

Revistas e Relatórios

- IDPPE. *Relatório Anual de Actividades: Componente de Co-Gestão*. 2001
- IDPPE/ IIP. *Macro-Diagnóstico do sector pesqueiro na província de Inhambane*. MIP, Maputo, Outubro, 2001
- MICOA. *Moçambique: Gerir a costa com quem lá vive; Limpar Lichinga, planificar Niassa*. Revista de Questões do Ambiente e do Desenvolvimento. Nº 20. Novembro, 1997
- MICOA. *National Strategy and Action Plan for the Conservation of Biodiversity in Mozambique*. 1ª Draft, Setembro. Maputo, 1997
- MICOA. *Programa Nacional de Gestão Ambiental*. Maio, Maputo, 1996
- MICOA / IUCN (ONG). *Macro-diagnóstico da Zona Costeira de Moçambique*, nº 1. Documento Principal. 1998
- MICOA. *Workshop Sobre o Envolvimento das Comunidades na Gestão dos Recursos Naturais na Ilha de Inhaca*. 1998
- Ministério das Pescas, IDPPE. *A Co-Gestão das Pescarias Artesanais na Baía de Vilankulo (Diagnóstico)*. Outubro, 2000
- Ministério das Pescas, IIP / IDPPE. *Macro-diagnóstico do Sector Pesqueiro na Província de Inhambane*. Maputo, Outubro, 2001
- Ministério das Pescas, IDPPE. *Relatório Anual de Actividades: Componente de Co-Gestão*. Departamento de Desenvolvimento Social, 2001

- Ministério das Pescas, IDPPE. *Síntese do Seminário Nacional Sobre Co-Gestão das Pescarias Artesanais em Moçambique*. 1999
- Moçambique, Assembléia Popular. *Lei de Terras*. Lei nº 19 / 97
- Moçambique. CIRESP. *Estratégia Global da Reforma do Sector Público, 2001-2011*. Imprensa Nacional: Maputo, 2001
- Moçambique. Conselho de Ministros (2000) *Abordagem de Desenvolvimento Rural*. Maio,. Maputo
- Moçambique. Conselho de Ministros (1995) *Resolução nº 5 / 95*. Agosto, Maputo
- Moçambique. Ministério de Agricultura e Pescas. *Lei de Florestas e Fauna Bravia..* UMC/DNFFB. 1999
- Moçambique. Ministério de Agricultura e Pescas. *National Land Policy and Implementation Strategy*. 1995
- Moçambique. Ministério de Agricultura e Pescas. *Política Agrária e Estratégia de Implementação*. 1995
- Moçambique. Ministério de Agricultura e Pescas. *Política e Estratégia e Desenvolvimento de Florestas e Fauna Bravia*. UMC/DNFFB, 1999

Fontes Orais

i) Actores Formais

- Amad Abdulaziz Amad (Funcionário da ADMAR); 15/ 04/ 02
- Amiel Francisco (Administrador do Distrito de Morrumbene); Morrumbene-sede; 12/ 04/ 02
- Domingos Halare (Biólogo do IIP); Cidade de Maputo; 21/ 03/ 02
- Daniel Sitói (Administrador da ADMAR); Cidade de Inhambane; dia 04/ 04/ 02
- Ludovino Henrique Mambo (Funcionário dos SPAPI / Amostrador do IIP); Cidade de Inhambane; 15/04/02
- Mário Comé (Funcionário dos SPAPI / Amostrador do IIP); Maxixe e Cidade de Inhambane; 13/ 03/ 02 e 15/ 04/ 02
- Paula Santana Afonso(Bióloga do IIP); Cidade de Maputo; 21/ 03/ 02
- Rafael Abel (Funcionário do D.D.A.D.R.- Morrumbene); Vila de Morrumbene; 09/ 04/ 02
- Raúl Mateus (Funcionário da ADMAR); Morrumbene; 13/ 03/02
- Rodolfo Luís Macassa (Director dos SPAPI); Cidade de Inhambane; 19/ 04/ 02

ii) Actores Comunitários

- Alfredo Cangela (Secretário dos Pescadores de Morrumbene-Ponte); 03/ 04/ 02
- Bernardo Dzane (Pescador reformado); Morrumbene-Cocane; 13/ 03/ 02

- Eusébio Ernesto (Pescador); Jogó; 18/ 04/ 02
- Ernesto Nhassengo (Pescador); Jogó; 18/ 04/ 02
- Domingos Tualufo (Secretário-Adjunto dos pescadores de Mongué); Mongué; 08/ 04/ 02
- Fernando Niquice Macassa (Secretário-adjunto do bairro Cocane); Morrumbene-Cocane
- Jacinto Romeu (Adjunto do Secretário dos pescadores de Morrumbene-Ponte); Morrumbene-Ponte; 10/ 04/ 02
- José António Bastos (Secretário dos Pescadores de Mongué); Mongué; 08/ 04/ 02
- José Bernardo Dzane (Pescador e Ex-membro da associação dos pescadores); Morrumbene-Ponte; 10/ 04/ 02
- Josefina Savele (Colectora de amêijoa); Baía de Morrumbene; Baía de Morrumbene; 10/ 04/ 02
- Lucas Massade (Vogal do Secretariado dos Pescadores); Morrumbene-Ponte; 10/ 04/ 02
- Rachel Lissave (Colectora de amêijoa); Jogó; 18/ 04/ 02
- Madeira (Representante da Igreja Católica - Mongué); Mongué; 08/ 04/ 02
- Manuel Alberto (Pescador); Morrumbene-Ponte; 12/ 04/ 02
- Miguel (Régulo de Cocane); Morrumbene-Cocane; 03/ 04/ 02
- Pedro Filipe (Pescador); Jogó; 12/ 04/ 02
- Raúl Manuel Camburra (Secretário do bairro Cocane); Morrumbene-Ponte; 13/ 03/ 02
- Ricardo Saíde (Secretário dos Pescadores de Jogó); Morrumbene-Ponte; 10/ 04/ 02

iii) Actor Privado

- Carlos Damião (Empresário Pesqueiro); Morrumbene-Ponte; 10/ 04/ 02

ANEXO II

GUIÃO DE ENTREVISTAS

FICHA TÉCNICA

- Nome; idade; sexo:
- Ocupação / profissão:
- Categoria:
- Local da entrevista:
- Data:

ACTORES FORMAIS

1 - Que papel ou função a instituição desempenha no sub - sector da pesca artesanal na aos níveis da Província e do Distrito?

2 - existe alguma estratégia para a pesca artesanal? Qual?

- Particularmente para o camarão?

3 - De que meios é que a instituição dispõe para a realização das suas actividades correntes ?

4 - Quais os principais constrangimentos com que se debate?

Que soluções a instituição adopta para poder ultrapassá-los?

5- Como é que a instituição se relaciona com as outras instituições envolvidas na gestão dos recursos pesqueiros em Morrumbene?

6 - Como é que se relaciona com essas comunidades locais?

- Existe algum constrangimento resultante desse relacionamento? Qual (is)?

7 - Qual é o papel desempenhado pelas comunidades locais na conservação dos recursos pesqueiros?

8 -Existe algum procedimento por parte da comunidade que esteja a contribuir para por em causa a conservação dos recursos no local?

9 - Quais os principais problemas com a pesca artesanal em Morrumbene?

- Que soluções propõem?

10 - Como é que a instituição faz o controle da pesca do camarão?

- Quais os mecanismos de gestão que adopta?

- Em que é que consistem?
- 11 - Quais as suas características (organização, objectivos, tarefas) ?
- 12 - Como é que se caracteriza o fenómeno da pesca migrante no local?
- 13 - Tem o registo/ conhecimento de alguma ONG no local que trabalhe com os pescadores?
- Que tipo actividades desenvolve?
 - Que tipo de relacionamento existe entre esta e a vossa instituição?

ACTORES COMUNITÁRIOS

- 1 - Quais são os principais recursos pesqueiros (produtos) capturados na baía de Morrumbene?
- Principais áreas
 - Épocas de maior / menor produção
- 2- Existe algum tipo de cerimónia tradicional ligada às pescas? Qual (is)?
- 3 – que tipo de solidariedade existia entre os pescadores?
- Actualmente
- 4 - Quais eram no passado as principais artes de pesca usadas no local e suas características?
- Actualmente
- 5 - Quais são as artes mais problemáticas? porquê?
- 6 - Para é que servem os produtos (consumo ou venda)?
- Se for venda onde é que vendem?
- 7 - Quem vende e quem compra (proveniência)?
- 8 - Qual é a tendência das capturas actualmente?
- Se é que estão a baixar, quais as causas?
- 9 - Como é que faziam antigamente quando as capturas fossem baixas?
- O que é fazer na actualidade?
- 10 - Quem é que está envolvido na captura desses recursos?
- Locais (homens/ mulheres)?
 - Migrantes (de onde vêm)

- Em que épocas é que eles vêm?

11- Quais são os principais problemas / conflitos nas áreas de pesca?

- Como é que são resolvidos?

12 - Quais os mecanismos adoptados pela comunidade para a conservação dos recursos?

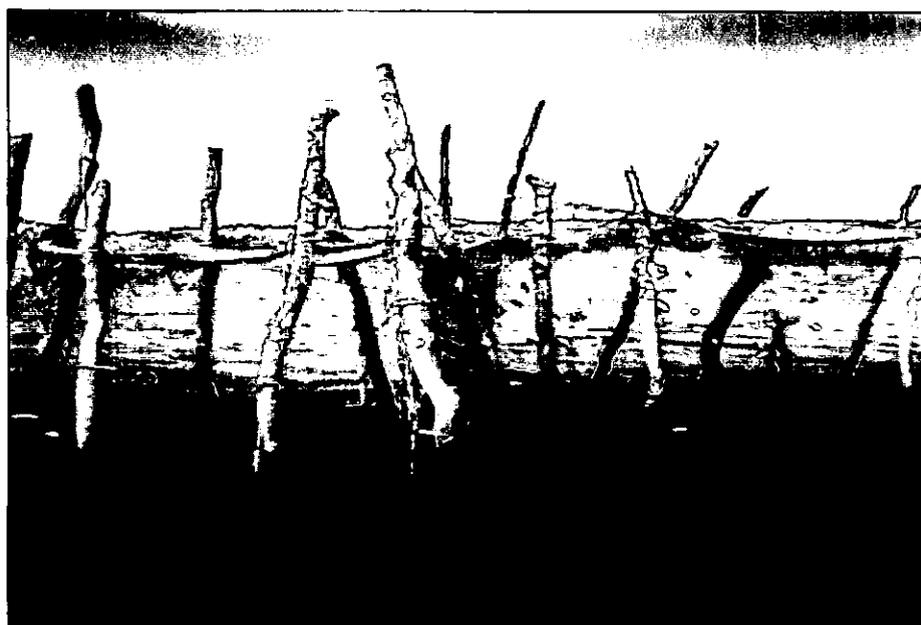
13 - Que tipo de relações se desenvolvem com os pescadores migrantes?

- Que conflitos?
- Como é que são resolvidos?
- Qual é o papel das autoridades formais? Qual é que deveria ser?

15 - Qual é o papel desempenhado pelas instituições formais na gestão dos recursos pesqueiros?

Como é que interagem com a comunidade pesqueira?

ANEXO III



(fotos: Baía de Morrumbene)

Gamboa Arte de pesca tradicional, feita de estaca fixa e coberta de caniço ou de rede, com a forma de um triângulo, em que uma das extremidades encontra-se semi-aberta (a abertura é feita no lado oposto ao da circulação da corrente) de modo a permitir a entrada do pescado na armadilha, que fica preso no invólucro que se encontra no vértice que se vê na figura acima.



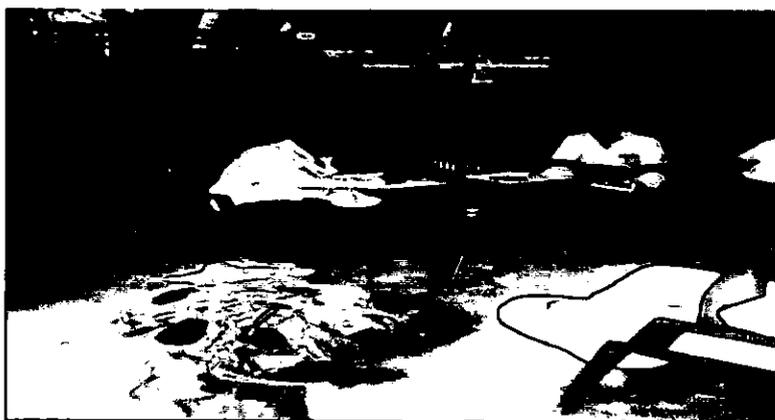
ANEXO IV



(Foto: Morrumbene-Ponte)

Os secretários presentes na reunião da sede do “núcleo de pescadores, no dia 6 de Maio de 2002:
Em pé, da esquerda para a direita: António Caminho, Francisco Siquice, José António Bastos, Sebastião Raúl, Raúl Manuel Camburra (secretário do bairro Cocane), Lucas Massade (vogal do Núcleo) e Ricardo Saide.

Agachados, da esquerda para a direita: Ramos Ernesto, Domingos Tualufo, António Augusto e Jacinto Romeu.



(Foto: Morrumbene -Ponte)

Reunião dos secretários, dia 12/ 04/ 02. Na imagem vê-se uma rede apreendida, cujo o proprietário se encontrava a pescar em zona interdita.

ANEXO V



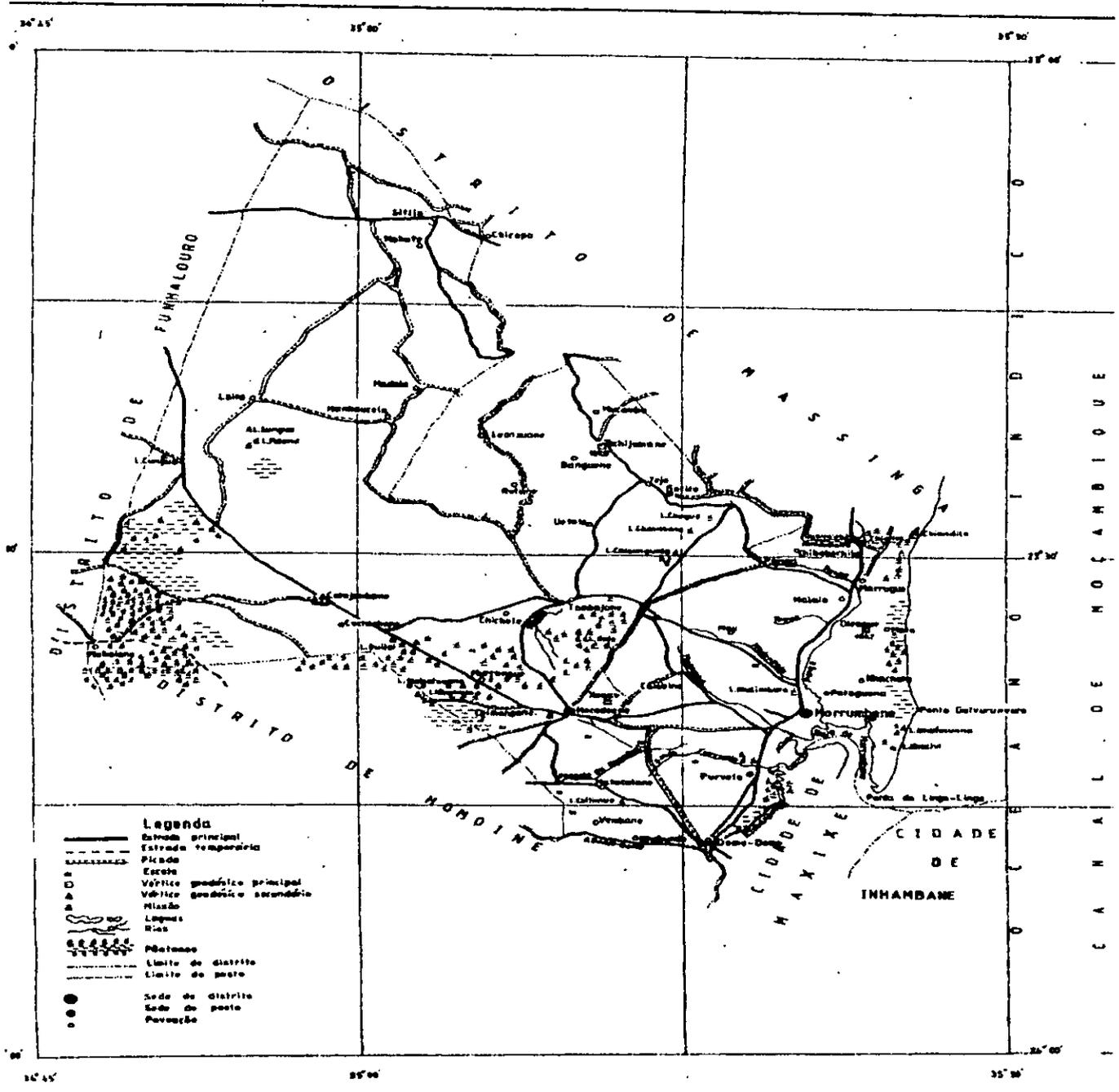
Fotos: Baía de Morrumbene

Mulheres e crianças, apanhando amêijoa. Repare-se que esta actividade é normalmente realizada em locais onde existem gamboas. Isso, não chega a constituir motivo de conflito com os proprietários, porque segundo os locais, os buracos abertos naqueles lugares tornam o local rico em alimentação, atraindo assim o pescado.

ANEXO VI

MAPA DO DISTRITO DE MORRUMBENE

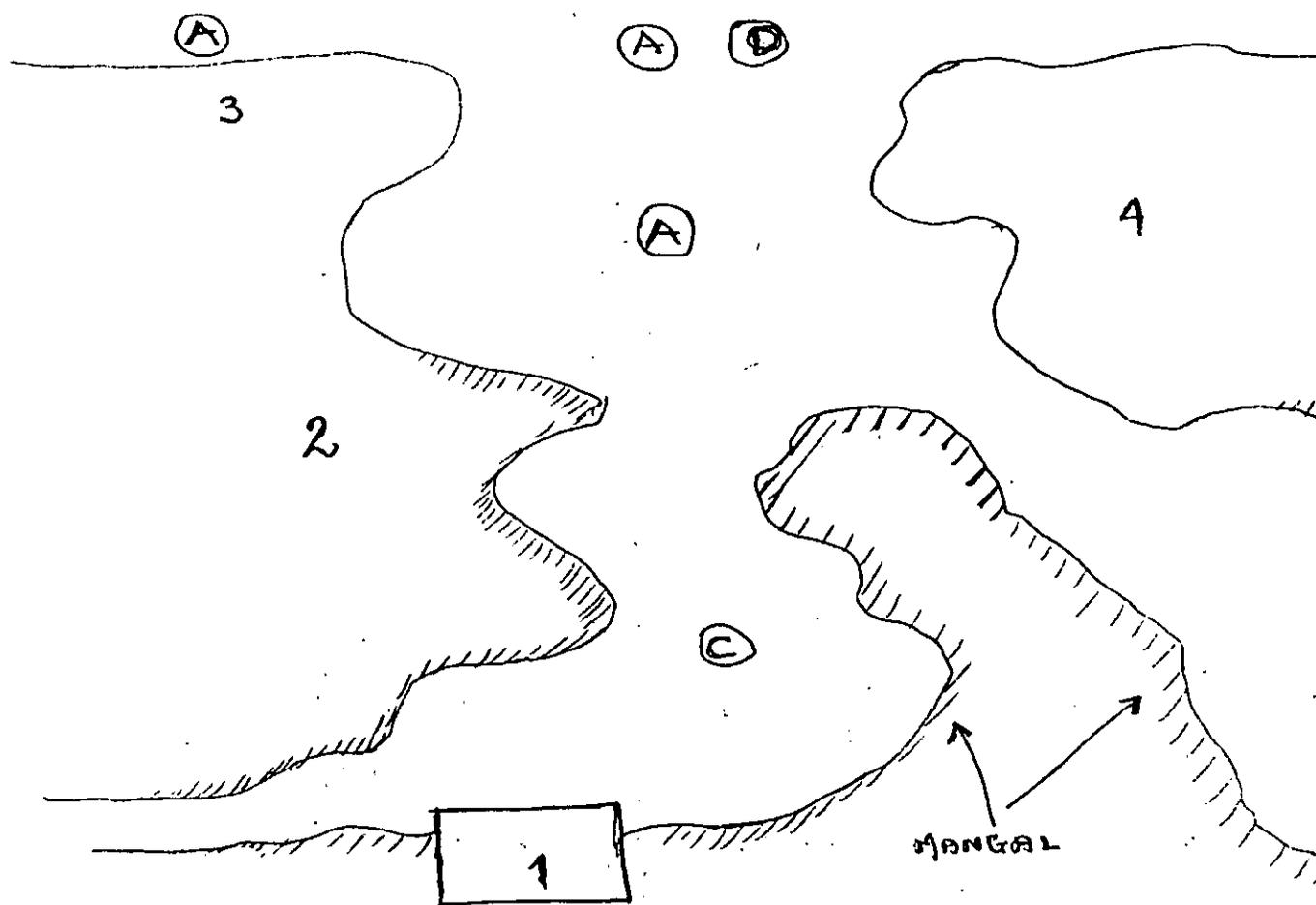
DISTRITO DE MORRUMBENE



Fonte: Direcção Nacional de Geografia e Cadastro (DINAGECA)

ANEXO VII

Mapa: Baía de Morrumbene



Legenda:

Zonas Residenciais

- 1 - Morrumbene (Ponte - posto de embarque e desembarque de passageiros e de pescado)
- 2 - Cotche
- 3 - Mongué
- 4 - Linga-Linga
- 5 - Jogó (zona de reprodução do camarão)

A - Áreas de pesca de camarão

B - Área de veda permanente

C - Saída da baía

D - Saída para o mar aberto (zona de intersecção com a baía de Inhambane)

Fonte: Mapa esboçado pelo grupo participantes na entrevista do dia 13/ 03/ 02 (nomeadamente: o Sr. Bernardo Dzane, o Sr. Fernando Niquisse Macassa, o Sr. Raúl Mateus e o Sr. Raúl Manuel Camburra